

Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações

**Impacto de um treinamento no trabalho de jovens aprendizes em situação de
vulnerabilidade social**

LUDYMILA PIMENTA FERREIRA

Brasília, DF

Junho de 2016

Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações

**Impacto de um treinamento no trabalho de jovens aprendizes em situação de
vulnerabilidade social**

Mestranda: Ludymila Pimenta Ferreira

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações.

Orientadora: Profa. Dra. Gardênia da Silva Abbad

Brasília, DF

Junho de 2016

Nome: Ludymila Pimenta Ferreira

Título: Impacto de um treinamento no trabalho de jovens aprendizes em situação de vulnerabilidade social

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações.

Banca Examinadora:

Gardênia da Silva Abbad - Presidente

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações

Universidade de Brasília

Elaine Rabelo Neiva - Membro Titular

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações

Universidade de Brasília

Clelia Maria de Sousa Ferreira Parreira - Membro Titular

Graduação em Saúde Coletiva

Faculdade de Ceilândia

Universidade de Brasília

Francisco Antonio Coelho Junior - Membro Suplente

Programa de Pós-Graduação em Administração

Universidade de Brasília

Educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo”

Paulo Freire

Agradecimentos

Uma mãe tem muito o que agradecer. Existe um lado muito lindo e romântico de ser mãe. Contudo, existe um lado árduo de ser uma mulher, profissional, acadêmica que necessita de suporte. Existe uma fortaleza em mim, que me fez concluir essa etapa de minha vida, mas sou muito grata e verdadeira em dizer que sem os meus suportes externos, eu não teria conseguido. Para aqueles que contribuíram para que eu estivesse aqui hoje, meu sincero agradecimento.

Gustavo, você esteve comigo desde o início de tudo. Da ideia do primeiro mestrado, da mudança de planos por descobrirmos que eu estava grávida, da trajetória que se iniciou depois disso, do aceite para o mestrado na UnB, de todos os estudos, análises estatísticas, leituras, reuniões, orientações, imprevistos, prorrogação e conclusão. Você foi, ao longo desses dois anos e meio, a sanidade e insanidade dos meus dias. Você foi suporte, espelho, amigo, parceiro e o melhor pai que meus filhos poderiam ter. Evoluimos junto com este mestrado e por isso, eu sou muito grata por tê-lo em minha vida. Obrigada por me permitir esta conquista.

Eduardo, você cresceu junto com esta dissertação. Por muitas vezes senti culpa e fui julgada por não estar em casa cuidando de você. Mas nós sobrevivemos não é mesmo? Sempre sobreviveremos. Léo, você literalmente foi um dos partos do meu mestrado. Você chegou para abalar as estruturas e desafiar todos os meus limites psicológicos, fisiológicos e emocionais. Obrigada por me ajudar a descobrir que o meu limite e minha força são maiores do que eu mesma imaginava.

Mãe Dirce e sogra Maria Dorotéia, eu não tenho palavras para demonstrar toda a gratidão que tenho por vocês. Vocês abdicaram de suas vidas e rotinas, vieram para Brasília cuidar de mim e dos meus filhos. Vocês foram fundamentais e indispensáveis. Minha eterna gratidão a vocês.

Gardênia, você foi muito mais que uma orientadora. Você foi amiga, parceira e muitas vezes mãe. Obrigada por toda paciência, incentivo, conhecimento, exemplo de profissional e acadêmica. Obrigada por me entender, me aceitar e lutar por mim na academia. Obrigada por ser esta mulher forte, batalhadora e incrível profissional! Essa vitória é nossa, mas ela não aconteceria sem você! Obrigada!

Ju Arrais, minha coach, agradeço pela ajuda em me organizar e por todas as tomadas de consciência que tive ao trabalhar contigo!

Aos meus amigos, familiares e irmãos, que entenderam a minha ausência e permaneceram por perto sempre com muito carinho e alegria. Luana, Renan, Diego, Nina, Ju, Ana, Mars, Aline, Dayanne, Milena, Mayra, Priscila, Fê Salles, Cristiane, Roberta, Isabella, André, Ian, Thiago, Fê de Azevedo, Marianna, Marina.

Agradeço à Rede Pró Aprendiz por abrir as portas para realizar a pesquisa. A aprendizagem é uma causa que abracei com muita seriedade, sou honrada de fazer parte da evolução dessa história e de fazer parte dessa família. Adair, Valdinei, Aline, Lucas, Luciana, Lourdes e instrutores, minha eterna gratidão.

Aos amigos que a UnB me deu, obrigada por estarem por perto. Grupo IMPACTO, obrigada por engrandecerem minha dissertação e cricrizagem sincera, com certeza tem o olhar de todos vocês nos meus estudos. Grupo de sobreviventes, por serem os parceiros das madrugadas, por serem a dúvida e a certeza. De fato, vocês deixaram a minha experiência de mestrado menos solitária. Vivi você me inspirou por ser esta mãe-acadêmica guerreira. Bárbara, Igor, Marcello, Junio e Thainá, obrigada por serem meus braços mão na massa! A colaboração prova que juntos somos forte!

Por fim, obrigada aos professores que passaram pelo meu caminho sendo inspiração no meu dia-a-dia. Cláudio Torres, Fábio Iglesias, Kátia Puente-Palácios, Juliana Porto e Luiz Pasquali, sou muito sortuda pela oportunidade de aprender com vocês! Obrigada!

Sumário

Resumo	8
Apresentação	10
Estudo 1	16
1.1 Produção científica sobre Vulnerabilidade Social: definições e instrumentos	19
1.2 Método de pesquisas sobre vulnerabilidade social e seus instrumentos de medida	22
1.3 Resultados da busca e análise da produção	23
1.4 Discussão e agenda de pesquisa	34
Estudo 2	43
2.1 Introdução	46
2.2 Método	50
2.3 Resultados	60
2.4 Discussão	65
2.5 Referências Bibliográficas	70
Considerações finais	76
Referências Bibliográficas	78
Anexos	91

Resumo

O objetivo geral desta dissertação é avaliar o impacto do treinamento de um programa de aprendizagem do Distrito Federal no trabalho de jovens aprendizes em situação de vulnerabilidade social. Dois estudos foram realizados para cumprir os objetivos propostos. O Estudo 1 apresenta uma revisão sistemática da literatura científica nacional e internacional sobre o conceito de Vulnerabilidade Social e seus instrumentos de medida. Foram 46 artigos selecionados para análise, de 620 encontrado em buscas à periódicos de língua inglesa, portuguesa e espanhola, avaliado por pares, entre os anos de 1994 e 2014. Os resultados sugerem que Vulnerabilidade Social trata-se de um constructo multidimensional e pouco estudada em psicologia e estão, em fase incipiente, as discussões sobre instrumentos de medida no nível do indivíduo. O Estudo 2, expõe a construção e aplicação de uma escala de autoavaliação de impacto de treinamento no trabalho de 281 jovens aprendizes com idade variando entre 14 e 22 anos, residentes das Regiões Integradas de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF). Os resultados mostraram estrutura empírica bifatorial que explicaram um conjunto de 21,75% da variância total das respostas numéricas dos participantes aos itens, indicando necessidade de inserção de mais itens e o aprimoramento do instrumento. Os resultados demonstram que o pré-requisito de condição econômica C2 e DE para participação do jovem no programa, as taxas de homicídio e Índice de Desenvolvimento Humano das RIDE-DF indicam a situação de vulnerabilidade social em que os participantes do atual estudo vivem, contudo, não foi observado correlação com as variáveis de impacto de treinamento. Sugere-se em futuros estudos avaliar a percepção da vulnerabilidade social vivida pelos jovens aprendizes, bem como a avaliação da VS por meio de outros indicadores.

Palavras-chave: impacto de treinamento; vulnerabilidade social; jovem aprendiz

Abstract

The overall objective of this work is to evaluate the impact of professional learning training program a in the work of socially vulnerable young apprentices. Two studies were carried out to meet the proposed objectives. Study 1 presents a systematic review of national and international scientific literature on the concept of Social Vulnerability and its measuring instruments. There were 46 articles selected for analysis out of 620 found on journals in english, portuguese and spanish languages rated by peers, between the years 1994 and 2014. The results suggest that Social Vulnerability is a multidimensional construct and it is understudied in psychology and further materials are still in early stage, as well as the discussions about measuring instruments remain in the individual level. Study 2 exposes the construction and application of a self-assessment scale to evaluate the impact of the training on the work of 281 young apprentices aged between 14 and 22 years, from the brazilian Federal District area. The results showed two-factor empirical structure that explained a set of 21.75% of the total variance of the number of participants responses to the items, indicating a need for inclusion of more items and improvement of the instrument. The results demonstrate that the economic condition prerequisite C2 and DE for participation of youth in the program, homicide rates and the Human Development Index of the RIDE-DF indicate at least some level of social vulnerability situation in which the participants currently live, yet it was not observed correlation with the training impact variables. It is suggested that in future studies evaluate the perception of social vulnerability experienced by young apprentices, as well as evaluating the VS by other indicators. *Keywords:* training impact; young apprentice; social vulnerability

Apresentação

Foi realizada uma pesquisa com jovens aprendizes de 14 a 24 anos em situação de vulnerabilidade social vinculados a um programa de aprendizagem no trabalho do Distrito Federal.

Os jovens de 15 a 25 anos, em 2012 no Brasil, representavam 26,9% da população em um total de 194 milhões de habitantes. Algumas características que descrevem a realidade desses jovens indicam que eles residem predominantemente em áreas periféricas de grandes metrópoles, são negros, possuem baixa escolaridade e baixa renda socioeconômica (Waiselfisz, 2014), apresentam altos índices de evasão escolar no nível fundamental (Minayo-Gomez, 2003), gravidez precoce (Ferreira et al., 2012) e fazem uso de drogas (Souza & Silveira Filho, 2007).

De acordo com Waiselfisz (2014), 53,4% desses jovens foram alvo de homicídios, sendo que, nos relatórios recentes sobre os estudos de vulnerabilidade social juvenil, o homicídio ainda aparece como principal causa de morte de jovens negros brasileiros (Brasil, 2014).

De acordo com Andrade, Nihei, Pelloso, & Carvalho (2012), em uma pesquisa realizada sobre homicídio de jovens nas fronteiras Brasil, Paraguai e Argentina, as altas taxas de mortalidade de jovens são influenciadas também pelas elevadas taxas de trabalho informal de jovens, que por sua vez, são geradas pelas altas taxas de desemprego, baixos níveis de rendimento e de proteção social e baixa qualificação profissional. (OIT, 2009)

A taxa de desemprego de jovens brasileiros foi em 2015 de 16,5%, acima da média mundial (13% em 2015) e em janeiro de 2016 apontou uma elevação de seis pontos com relação a janeiro de 2015 (IBGE). Uma situação de alto índice de desemprego reduz a possibilidade trajetórias profissionais condizentes e decentes (Amazarray, Thomé, Souza, Poletto, & Koller, 2009) e provoca a tentativa de inserção no mercado por vias informais, fazendo com que o jovem

se sujeite a condições precárias, ilegais, insalubres, penosas e perigosas (Amazarray et al., 2009; Fonseca, 2010), que por sua vez também é um fator de risco no que diz respeito à evasão escolar, aumento dos problemas de saúde, prejuízos físicos e psicossociais, exposição a situações de desrespeito (Amazarray et al., 2009; Frida M Fischer et al., 2003; Gonçalves et al., 2012) e opções profissionais desprovidas de propósito e de oportunidades de aprendizagem. (Amazarray et al., 2009). A juventude brasileira é caracterizada pela heterogeneidade e desigualdade de acesso a bens, serviços e direitos restringindo assim a possibilidade de acesso a empregos formais de qualidade no futuro e construção de trajetórias decentes de trabalho (Dias, 2014; Eduardo & Egry, 2010; Frida Marina Fischer, Oliveira, Teixeira, Teixeira, & Amaral, 2003; Kudlowicz & Kafrouni, 2014; Nagai et al., 2007; OIT, 2009)

Diante desse cenário, a fim de se criar oportunidades de aprendizagem profissional ao jovem que precisa de emprego e controlar o mercado informal de trabalho juvenil (Belluzzo & Victorino, 2004), a Constituição da República Brasileira consolidou o ingresso no mercado de trabalho de jovens entre 14 e 24 anos na condição de aprendizes por meio da Lei da Aprendizagem (Lei nº 10.097/2000, regulamentada pelo Decreto nº 5.598/2005).

Respalda pela ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 2012), que confere a profissionalização do jovem como uma etapa do seu processo educativo (art. 62) e prevista com o direito à aprendizagem (art. 60 e 69), o contrato de aprendizagem, respalda pelo art. 3º do Decreto 5.598/2005 (Brasil, 2005), estabelece um plano de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado não superior a dois anos, em que o empregador assegura e se compromete com o desenvolvimento profissional do jovem aprendiz, por meio de atribuição de tarefas que oportunizem aprendizagem no trabalho e uma formação técnico-profissional metódica, compatível com as suas peculiaridades físicas, morais e psicológicas. Por sua vez, o

jovem aprendiz estabelece o compromisso de executar suas tarefas, com assiduidade, disciplina e atenção às atividades propostas, necessárias à sua formação profissional.

A formação técnico-profissional metódica é classificada no âmbito da educação profissional como cursos de formação inicial e continuada, baseada nas diretrizes curriculares da Portaria nº. 615 (MTE, 2007) e podem ser oferecidas por entidades de formação, reconhecidas pelo Ministério do Trabalho, como: Serviços Nacionais de Aprendizagem (SENAI, SENAC, SENAR, SENAT, SESCOOP), Escolas técnicas e Entidades sem Fins Lucrativos que foquem na assistência do adolescente e na educação profissional, sendo a última, a categoria a que pertence o Programa estudado nesta dissertação.

Assim como vários programas de inclusão de jovens no mercado de trabalho (Capacitação Solidária, Primeiro Emprego, Bolsa Trabalho, Jovem Cidadão: Meu Primeiro Trabalho, Serviço Civil Voluntário, Aprendiz Legal, Jovem Candango), o objetivo do programa em questão é o de combater à delinquência juvenil no Brasil, promovendo a aprendizagem e gerando emprego e renda para o jovem e sua família, colaborando assim para o desenvolvimento socioeconômico do país e promovendo os direitos e cidadania dos jovens.

Estima-se que mais de 30 mil jovens foram beneficiados nos últimos 20 anos por entidades sem fins lucrativos com foco em jovens da classe econômicas C2 (renda mensal = R\$1.446,24) e D e E (Renda mensal = R\$ 639,78) (Abep, 2014). Em 2015, estima-se que 10 mil aprendizes participaram dos programas de aprendizagem na organização participante da pesquisa (FPC, 2015).

Atualmente, os números do Governo Federal apontam para 1.8 milhões de vagas geradas por meio da Lei da Aprendizagem e que ainda não foram ocupadas por jovens brasileiros entre 14 e 24 anos (Brasil, 2015).

Os participantes do programa de aprendizagem da Rede Pró Aprendiz no Distrito Federal são jovens com idade entre 14 e 24 anos que estejam obrigatoriamente estudando no ensino formal e com renda econômica familiar pertencente às classes C2 e DE (Abep, 2014).

Nesta dissertação, considera-se o jovem como um indivíduo complexo, fruto de um contexto social, familiar e econômico (Abramovay, Castro, Pinheiro, Lima, & Martinelli, 2002; Kudlowicz & Kafrouni, 2014). De acordo com (Mattos & Chaves, 2010), os efeitos do trabalho sobre o desenvolvimento profissional do jovem será um resultado da interação de múltiplos fatores. Por isso, aprofunda-se na questão do contexto de Vulnerabilidade Social em que estão inseridos e que podem impactar na aprendizagem e na aquisição das competências que o programa fornece.

A vulnerabilidade social, enquanto medida perceptual, é definida como um sentimento de insegurança e sensibilidade, incapacidade de resposta, adaptação e recuperação de indivíduos (famílias e comunidades), diante da exposição a ambientes de mudança não planejada, agravos e riscos à saúde, ao bem-estar ou à vida. (Cutter & Finch, 2008; Koli, 2013; Moser, 1998; Nakamura et al., 2009; Tate, 2012; Zebardast, 2013)

O objetivo principal da presente pesquisa foi avaliar o impacto do treinamento de um programa de aprendizagem do Distrito Federal no trabalho de jovens aprendizes em situação de vulnerabilidade social.

Os principais objetivos específicos são: identificar o atual cenário nacional e internacional de produção científica sobre o conceito e medidas de avaliação da Vulnerabilidade Social (VS); descrever o contexto de Vulnerabilidade Social dos jovens inseridos no programa de aprendizagem; desenvolver e validar uma medida para avaliar impacto de treinamento de jovens aprendizes no trabalho; realizar análise de relacionamentos entre variáveis

sociodemográficas e de vulnerabilidade social e impacto do treinamento no trabalho dos jovens aprendizes.

A presente dissertação é composta por dois estudos, que buscaram alcançar os objetivos propostos a partir de diferentes estratégias metodológicas.

O primeiro estudo teve por principal objetivo realizar uma revisão sistemática da literatura científica nacional e internacional sobre o conceito de vulnerabilidade social e seus instrumentos de medida. Dentre as temáticas abordadas destacam-se as definições e uso do conceito de vulnerabilidade social, dimensões ou subdimensões da vulnerabilidade encontrados, medidas de avaliação do construto baseadas em julgamento humano (micro), indicadores objetivos (macro) ou mistos.

Como estratégia metodológica, foi realizado a busca de periódicos científicos de línguas inglesa, portuguesa e espanhola, com revisão por pares, compreendidas no período de 1994 a 2014, indexados em bases de dados, dentre elas: Portal de Periódicos CAPES (Busca integrada 360 graus), Proquest e *Scientific Electronic Library Online* (Scielo.org). Logo após seleção de artigos, foram utilizadas categorias e subcategorias para análise de conteúdo das pesquisas encontradas.

O segundo estudo foi de caráter teórico e empírico e teve por objetivo avaliar o impacto de um treinamento profissionalizante no trabalho de jovens aprendizes em situação de vulnerabilidade social. Dentre as etapas principais deste estudo, destaca-se o processo de construção do instrumento de avaliação de impacto de treinamento, tendo como referência o conteúdo do treinamento e diretrizes pedagógicas do programa estudado. Destaca-se também a análise do relacionamento entre variáveis sociodemográficas, vulnerabilidade social, tempo

transcorrido desde o contrato de aprendizagem e o impacto do treinamento no trabalho dos jovens aprendizes.

Estudo 1

Produção científica sobre Vulnerabilidade Social: definições e instrumentos de avaliação ¹

¹ Artigo submetido em maio de 2016 à revista "Psicologia & Sociedade".

Resumo

Este estudo relata os principais resultados da análise de produção científica nacional e internacional sobre o conceito de Vulnerabilidade Social (VS) e seus instrumentos de avaliação. Foi realizada uma busca de artigos científicos publicados entre 1994 e 2014 em periódicos de línguas inglesa, portuguesa e espanhola, com avaliação por pares. Foram selecionados para análise 46 dos 620 artigos abordavam o conceito ou apresentavam medidas de Vulnerabilidade Social (VS). Os resultados da análise da produção de conhecimentos sobre o assunto indicaram que VS é um constructo de natureza multidimensional que inclui, em sua definição, variáveis do contexto e das pessoas ou comunidades envolvidas. Vulnerabilidade social refere-se a: (1) um conjunto de condições ou de características (demográficas, recursos sociais, culturais e/ou econômicas) que colocam em risco famílias, grupos e populações; (2) a percepção de falta de capacidade de pessoas ou grupos desresponder, lidar e recuperar-se diante de uma situação de perda ou de um fator de risco; (3) a dificuldade ou a falta de acesso de pessoas, grupos ou comunidades a determinados recursos materiais e/ou simbólicos, as quais provocam exclusão ou insegurança dos envolvidos e; (4) àquelas pessoas, grupos, comunidades expostos a fatores de riscos. O constructo VS é pouco estudado em psicologia e ainda são raras as pesquisas que visam construir medida ou medir esse construto no nível do indivíduo. Após proposição de uma definição constitutiva de percepção de vulnerabilidade social, ao final do estudo, sugere-se a construção de um instrumento que avalie percepções dos indivíduos sobre fatores de risco presentes no contexto em que estão se inseridos, as capacidades de enfrentamento de situações adversas, adaptação e superação diante de perdas ou mudanças relevantes em suas vidas e os recursos disponíveis no grupo, comunidade, governo para o enfrentamento do problema. É necessária elaboração de um modelo teórico de investigação que proponha a construção de instrumentos válidos e comparáveis, mesmo quando variam os contextos e os perfis dos participantes.

Palavras-chave: Vulnerabilidade social, instrumentos de medida, revisão de literatura.

Abstract

This study reports the major outcomes of the analyses of both national and international scientific production about the concept of Social Vulnerability (SV) e its available instruments of assessment. The final material was comprised of the result of queries done in portuguese, spanish and english for peer-reviewed articles exclusively, comprehending the period between 1994 and 2014. 46 articles out of 620 addressed the concept or presented indicators of SV. The variety of definitions that emerged from these studies points out the multidimensional nature of the SV's construct, which includes risk variables linked to various contexts and environments, as well as personal, group or populations. Social vulnerability is referred to: (1) a set of conditions or characteristics (demographics, social, cultural and economical resources) that may put in risk people, families, communities or entire populations; (2) the perception of lack of capacity from people or groups to respond , deal with or recover from a situation of loss or a risk factor; (3) the difficulty or the lack of access to specific material and/or symbolical resources, which cause exclusion or danger to those involved, and lastly; (4) the people, groups or communities exposed to risk factors. In general, this construct has been sparsely investigated within the field of Psychology and the discussions about potential instruments that could have the ability to measure SV at the individual level are still in their early stages. After giving the foundations on how to perceive Social Vulnerability, at the end of this study, it is suggested that an instrument that can assess individual perceptions on risk factors found in their contexts, their capabilities to face adverse situation, to adapt or overcome losses or relevant shifts on their environments as well as mapping the available resources within the group, community or government to tackle theses issues. In this scenario, coming up with a theoretical model which could lead to the development of valid and comparable instruments that could successfully measure SV, even within various contexts and personal profiles is, therefore, of great importance and aplicability. *Keyword:* Social Vulnerability; measuring instruments; literature review

1.1 Produção científica sobre Vulnerabilidade Social: definições e instrumentos

As definições de vulnerabilidade são diversas, por um lado, devido às diferentes abordagens e métodos de mensuração (Hufschmidt, 2011), por outro, devido à grande variedade de riscos e de características típicas de cada contexto social e ambiental (Combes, Gaillard, Pellet, & Demongeot, 2004).

De acordo com Hufschmidt (2011), essa diversidade de abordagens sobre VS gera benefícios, pois os estudos possuem objetivos comuns, como: procurar compreender o fenômeno, descrevendo e explicando os motivos pelos quais as pessoas tornam-se vulneráveis, e a partir disto, intervir para reduzir a sua ocorrência. Entretanto, a falta de consenso sobre o que é VS, pode levar a uma fragmentação da produção de conhecimentos, a confusões conceituais e a uma profusão de medidas de avaliação, o que ameaça a generalização de resultados e a busca de soluções e intervenções que minimizem riscos ou que reduzam danos provocados a pessoas em situação de vulnerabilidade.

O conceito de VS mostra-se ser composto por pelo menos três aspectos: (1) sentimentos de insegurança e sensibilidade de indivíduos (famílias e comunidades), diante da exposição a ambientes de mudança não planejada (e.g: catástrofes naturais), agravos e riscos à saúde, ao bem-estar ou à vida; (2) capacidade de resposta e adaptação a essas situações adversas e (3) capacidade de recuperação após a exposição a essas situações de mudança. As definições se referem a fatores ambientais e sociais que colocam em risco a vida ou bem-estar de pessoas, famílias e comunidades, bem como a características inerentes ao perfil deles, em termos de suas

percepções e de suas capacidades de enfrentamento, adaptação e superação das perdas provocadas pela situação adversa em suas vidas.

Além de multidimensional, o conceito de VS faz referência a fatores que se manifestam em diferentes níveis de análise: mega (mundial), macro (nacional, societal), meso (comunidades e grupos) e micro (indivíduos) e em diferentes contextos. Em função dessa característica, para a medição de VS têm sido adotadas diversas unidades de análise - indivíduos, domicílios e comunidade, e diferentes cenários e contextos (Abramovay et al., 2002).

A partir da década de 90, começou-se a estudar de forma sistemática o conceito de VS, que passou a abranger situações e riscos relacionados a diversos fatores, não apenas sociais, como a pobreza. Embora a pobreza de uma população ou indivíduos seja um dos indicadores mais significativos de vulnerabilidade (Yoon, 2012), nem toda pessoa vulnerável encontra-se em estado de pobreza. VS refere-se, pois, a um conjunto de diversos elementos a que estão expostos indivíduos, famílias ou comunidades a perigos, estresse e dificuldade para lidar com contingências e riscos (Moser, 1998).

Os fatores de riscos expressam a probabilidade de perder bens adquiridos por indivíduos, famílias ou comunidades. O risco pode ser algo socialmente construído (Hufschmidt, 2011) e, em alguns casos, pode vir a se constituir em obstáculo que potencializa uma vulnerabilidade pré-existente nas pessoas ou em seus contextos (Prati, Couto, & Koller, 2009).

A vulnerabilidade, por sua vez, é um conceito multidimensional e que varia com o tempo e com as situações. Por esse motivo, há medidas e escalas que estudam as variações da vulnerabilidade ao longo do tempo e as que relacionam a vulnerabilidade do indivíduo com fatores e situações de risco (Gama, Campos, & Ferrer, 2014), tentando identificar quando indivíduos que não são vulneráveis se tornam vulneráveis e quando indivíduos vulneráveis

deixam de ser vulneráveis. Entre as situações que vulnerabilizam pessoas podem ser citadas: a indisponibilidade de recursos ou informações, a exclusão ou a discriminação, quando da ocorrência de um evento ou outras ocorrências ou condições que colocam pessoas em desvantagem (Palma & Mattos, 2001).

Ayres, Freitas, Santos, Saletti Filho, & França Júnior (2003), em estudo junto a adolescentes sobre comportamentos de risco de serem infectados com o vírus HIV, sugerem que a VS relaciona-se com a consciência que um indivíduo possui sobre os fatores de risco presentes no seu contexto, decisões tomadas por ele com base em informações sobre as situações de risco, e à capacidade de resposta e adaptação de indivíduos a situações adversas e a mudanças que não dependam somente do indivíduo em questão, mas de oportunidades de acesso a bens e serviços, meios de comunicação, escolarização, disponibilidade de recursos materiais, influência nas decisões políticas, etc. (Ayres et al., 2003), ainda ressaltam que, além da VS, há dois outros eixos que compõem o constructo de vulnerabilidade e que necessitam ser avaliados: vulnerabilidade individual e a programática.

A vulnerabilidade individual relaciona-se à condição cognitiva, biológica, emocional ou atitudinal (Rodrigues & Neri, 2012) que o indivíduo possui para buscar ou elaborar informações acerca de um problema ou risco, bem como o interesse dele em visualizar soluções e transformá-las em práticas de proteção ou de prevenção de riscos. Por último, a vulnerabilidade programática refere-se à existência e à disponibilidade de meios externos (programas, políticas públicas) e recursos de apoio (sociais, físicos e psicológicos) que efetivamente sirvam de proteção às pessoas, reduzindo ou fortalecendo a existência de um fator de risco.

A mensuração da VS é complexa devido à sua natureza multidimensional e dependente do tipo de risco a que estão expostas pessoas e comunidades (catástrofes, violência, doenças,

assassinatos, idade avançada, necessidades especiais, etc). Em função dessa complexidade têm sido adotados métodos qualitativos para, por exemplo, identificar estratégias comunitárias de cooperação e adaptação a mudanças provocadas por sinistros e situações de catástrofe e métodos quantitativos para identificar e estabelecer indicadores de VS em estudos que comparam lugares, populações e tendências de longo-prazo (Tate, 2012) e, em alguns casos métodos mistos.

Este artigo relata os principais resultados de uma análise da produção científica nacional e internacional sobre o conceito de VS, visando comparar definições e abordagens, bem como identificar medidas de avaliação de vulnerabilidade.

1.2 Método de pesquisas sobre vulnerabilidade social e seus instrumentos de medida

A pesquisa compreendeu o período de 1994 a 2014 e objetivou localizar artigos que apresentassem definições de VS e instrumentos para medir esse constructo.

Foram realizadas por meio do Portal Periódicos da CAPES (Busca integrada 360 graus), Proquest e Scielo, em periódicos científicos de língua inglesa, portuguesa e espanhola, com revisão por pares. As palavras-chaves utilizadas para busca de artigo foram: *social vulnerability*, *social vulnerabilities*, *social risk*, *social vulnerability assessment*, *social vulnerability scale*, *social vulnerability index*, *social vulnerability measure*, VS, risco social, medidas de avaliação, *vulnerabilidad social*, *vulnerabilidades sociales*, *riscos sociales*.

As categorias e subcategorias de análise dos artigos foram as seguintes: 1) área de aplicação do estudo; 2) continente/país onde foi realizada a pesquisa; 3) natureza da pesquisa: revisão teórica, estudo empírico ou relato de experiência; 4) método: qualitativo, quantitativo ou misto; 5) procedimentos e técnicas de coleta de dados; 6) fonte de dados: primária, secundária ou mista; 7) amostragem: censitária, probabilística, não probabilística ou não se aplica (estudo

teórico); 8) perfil dos participantes ou público-alvo; 9) contexto; 10) objetivos; 11) definição constitutiva ou teoria sobre vulnerabilidade; 12) instrumentos de medida e indicadores de VS; 13) procedimentos de análise de dados: estatística descritiva, estatística inferencial, análise de conteúdo/análise do discurso, misto ou não se aplica (estudo teórico).

Para análise das medidas de avaliação de VS (VS) foram levantados aspectos como: exemplo de itens, categorias de conteúdo, escalas utilizadas em instrumentos baseados em julgamento humano (nível individual ou micro e nível meso) e indicadores duros ou objetivos, adotados em estudos sobre populações, comunidades ou grupos em nível macro.

1.3 Resultados da busca e análise da produção

Inicialmente foram localizados 620 artigos, dos quais apenas 46 foram selecionados para análise. Foram excluídos da amostra inicial resenhas, resumos e publicações veiculadas por anais de congressos e eventos científicos, dissertações e teses, artigos publicados em revistas sem a revisão por pares ou que não tratavam diretamente do tema. Com relação aos 46 artigos analisados, predominaram artigos científicos que continham relato completo de pesquisa empírica sobre VS e medidas de avaliação (73,9%) e, em menor quantidade, textos teóricos (13,0%) que discutiam o assunto ou temas correlatos como fatores de risco e análises comparativas de medidas de VS existentes em estudo de casos (10,9%) e em apenas um relatório técnico (2,2%) da UNESCO.

Quanto à área de aplicação do estudo, houve predomínio de estudos na área da Saúde com 45,7% das publicações sobre VS. As demais áreas tiveram percentuais menores de estudos:

Ciências Ambientais, Geografia ou Ecologia (21,7%), Psicologia (13%), Ciências Sociais e Gestão Pública (com 6,5% cada), Educação/Pedagogia (4,3%) e Economia (2,2%).

Quanto aos continentes nos quais foram realizadas as 46 pesquisas, descritas nos artigos selecionados para análise, 50% ocorreram em países da América do Sul, 26% na América do Norte, 13% na América Central, 6,5% na Ásia e 4,3% na Oceania. Isto define uma quantidade de 45,65% de artigos nacionais e 54,34% de artigos internacionais.

No que diz respeito às estratégias metodológicas adotadas nos estudos, a metade utilizou abordagem quantitativa, 19,6% abordagem qualitativa, 17,4% abordagem mista e 13% eram ensaios teóricos.

Os procedimentos ou técnicas para coleta de dados predominantes nos estudos foram a pesquisa bibliográfica, as pesquisas documentais em banco de dados, a revisão de literatura ou o ensaio teórico (56,5%) e, em menor quantidade, o levantamento de dados do tipo *survey* (23,9%), os estudos mistos (15,2%) e estudos observacionais (4,3%).

A fonte de dados mais utilizada foi a secundária (56,5%), seguida de fontes primárias (28,3%) e com menor frequência, o uso de fontes mistas em um mesmo estudo, (15,2%).

Quanto à técnica de amostragem, a mais usada foi a não-probabilística (39,1%), seguida da amostra censitária (30,4%) e da probabilística (17,4%). Os demais artigos (13%) são teóricos.

Ao analisarmos os participantes ou o público-alvo das pesquisas, observou-se predomínio de estudos com populações acometidas por algum tipo fator de risco (34,8%), como por exemplo: o estudo de Fekete (2010) com populações alemãs que sofrem de risco de cheias pluviais; a pesquisa de Yoon (2012) com populações costeiras do Atlântico e 196 municípios do Golfo do México que sofrem de riscos naturais (furacões e tempestades) e, a pesquisa de Zebardast (2013), que realizou investigou populações do Irã, acometidas por terremotos. Na

sequência, com 21,7%, houve a prevalência de estudos com jovens (Abramovay et al., 2002; Areco, Matias, Silva, & Simon, 2011; Ayres et al., 2003; Jorge et al., 2012; Malvasi, 2008; Morais, Raffaelli, & Koller, 2012; Pérez-Villegas et al., 2012; Sant'Anna, Aerts, & Lopes, 2005; Soares, Ávila, & Salvetti, 1998), seguidos por 15,2% dos estudos com idosos (Andrew, Fisk, & Rockwood, 2011; Andrew, Mitnitski, & Rockwood, 2008; Andrew & Rockwood, 2010; Lino, Portela, Camacho, Atie, & Lima, 2013; Pavarini et al., 2009; Pinsker, Stone, Pachana, & Greenspan, 2006; Rodrigues & Neri, 2012). Abaixo de 5% dos estudos abordaram crianças (4,3%), gestores (4,3%), grávidas (4,3%), eleitores (2,2%), famílias (2,2%), famílias com crianças (2,2%), pacientes hospitalizados (2,2%) e professores (2,2%). Dois artigos teóricos, equivalente a 4,3% não determinaram público-alvo.

Com relação aos objetivos, 80,4% são descritivos, voltados à busca e análise de informações, à investigação de relações entre variáveis, ou à sustentação de determinados pontos de vista sobre VS. Apenas 19,6% eram pragmáticos, pois propunham ações para a redução da VS.

A Tabela 1 apresenta a síntese das definições encontradas nos artigos analisados sobre VS. Observa-se que VS é um conceito complexo e dinâmico (Cutter & Finch, 2008), tendendo a adaptar-se aos fatores de risco do cenário de estudo.

Tabela 1

Categorização das definições constitutivas de VS

Autores	Síntese dos conteúdos das definições
(Abramovay et al., 2002; Barata, 2008; Cutter & Finch, 2008; A. P. Fischer, Paveglio, Carroll,	Condições ou conjuntos de características demográficas, recursos sociais, culturais e/ou

Murphy, & Brenkert-Smith, 2013; Moser, 1998; Noriega & Ludwig, 2012; Pavarini et al., 2009; Solangaarachchi, Griffin, & Doherty, 2012; Tate, 2012; Yoon, 2012; Zebardast, 2013; Zhang & Huang, 2013).

econômicas que colocam em risco famílias, grupos ou populações.

(Abramovay et al., 2002; Areco et al., 2011; Cartier, Barcellos, Hübner, & Porto, 2009; Fekete, Damm, & Birkmann, 2010; Malvasi, 2008; Morais, Raffaelli, et al., 2012; Moser, 1998; Nakamura et al., 2009; Palma & Mattos, 2001; Rodrigues & Neri, 2012; M. de N. R. M. de O. Silva et al., 2014; Zhang & Huang, 2013)

Dificuldade ou falta de acesso de pessoas, famílias, grupos ou comunidades a determinados recursos materiais e/ou simbólicos, o que provoca exclusão, enfraquecimento ou debilidade, insegurança ou sensibilidade dessas pessoas e unidades sociais a uma determinada circunstância ou situação.

(Cutter & Finch, 2008; Fekete et al., 2010; A. P. Fischer et al., 2013; Koli, 2013; Martins, Silva, & Cabral, 2012; Moser, 1998; Nakamura et al., 2009; Pinsker et al., 2006; Solangaarachchi et al., 2012; Yoon, 2012; Zebardast, 2013)

Percepção de incapacidade do indivíduo para responder, lidar e recuperar-se diante de uma situação de perda ou fator de risco.

(Albarrán & Taracena-Ruiz, 2012; Andrew et al., 2011, 2008; Andrew & Rockwood, 2010; Castro,

VS refere-se aquelas pessoas que estão expostas a fatores de riscos presentes em seu

Mardones, Ortiz, & Quiroga, 2013; Collado & Rojas, 2010; Combes et al., 2004; Huang & London, 2012; Hufschmidt, 2011; Lino et al., 2013; Morais, Koller, & Raffaelli, 2012; Pascal, Abbey-Huguenin, Leux, Lombrail, & Lert, 2009; Pérez-Villegas et al., 2012; Prati et al., 2009; Vargas & Alanís, 2012)

contexto, como: pobreza, índice de morte juvenil, jovens em situação de moradia em rua, disfunções cognitivas em adultos.

Quanto às definições de VS, foram encontrados pontos comuns que destacam a natureza multidimensional do constructo, que, inclui tanto a noção de fatores de riscos ligados ao contexto (condições, restrições, mudanças) quanto a de atributos ligados a pessoas, grupos ou populações, em termos de percepções sobre suas próprias capacidades, sentimentos e habilidades de enfrentamento de situações adversas, de adaptação e superação diante de perdas ou mudanças relevantes em suas vidas. Além disso, vários autores (Ayres et al., 2003; Barata, 2008; Fekete et al., 2010; Ferreira et al., 2012; Gama et al., 2014; Martins et al., 2012; Moser, 1998; Nakamura et al., 2009; Pavarini et al., 2009; Pedroso & Motta, 2010; Rodrigues & Neri, 2012; Sant'Anna et al., 2005; Soares et al., 1998) citaram a existência de variações quanto aos níveis de análise para a definição da VS e que podem se manifestar de três maneiras: (1) VS que acomete grupos sociais, (2) vulnerabilidade individual, que recai sobre pessoas individualmente, e (3) vulnerabilidade programática, que afeta coletividades ou comunidades e decorre da falta de políticas sociais ou oferta de serviços sociais básicos.

Com relação aos procedimentos de análise de dados foram adotados nos artigos revisados, análises estatísticas descritivas e inferenciais (43,5%), sendo que dessas 23, 9% eram

inferenciais e apenas 6,5% descritivas. Foram encontrados também estudos qualitativos que usaram análises de conteúdo ou de discurso (13%). Os 13% restantes eram estudos teóricos.

As pesquisas adotaram diversos procedimentos de coleta de dados, entre os quais: análises documentais (30,4%), um ou mais procedimentos de coleta de dados (23,9%), questionários (21,7%), entrevistas (8,7%), grupos focais (1%), observação com roteiro (1%). Os demais artigos (10,9%) são teóricos.

Com relação aos instrumentos de medida e indicadores de VS, foram encontrados 56,5% estudos que, visando avaliar a situação de grupos, comunidades ou populações, utilizaram indicadores objetivos baseados em estatísticas, bancos de dados, censos, relatórios técnicos nacionais ou internacionais, como exemplos de itens podemos citar: renda e escolaridade do chefe da família (Cartier et al., 2009; Huang & London, 2012; Jorge et al., 2012; Soares et al., 1998; Tate, 2012; Yoon, 2012; Zebardast, 2013; Zhang & Huang, 2013), mortalidade (Soares et al., 1998), violência (Abramovay et al., 2002; Soares et al., 1998) escolaridade e desemprego (Abramovay et al., 2002; Combes et al., 2004; Cutter & Finch, 2008; Huang & London, 2012; Jorge et al., 2012; Martins et al., 2012; Tate, 2012; Yoon, 2012; Zebardast, 2013; Zhang & Huang, 2013), taxas de homicídios (Abramovay et al., 2002; Moser, 1998; Sant'Anna et al., 2005) idade, gênero e raça (Abramovay et al., 2002; Combes et al., 2004; Cutter & Finch, 2008; Huang & London, 2012; Jorge et al., 2012; Martins et al., 2012; Yoon, 2012; Zhang & Huang, 2013), qualidade da habitação como saneamento básico, energia, presença de água potável e coleta de lixo (Cartier et al., 2009; Fekete et al., 2010; Jorge et al., 2012; Soares et al., 1998; Vargas & Alanís, 2012; Zebardast, 2013; Zhang & Huang, 2013), políticas sociais e oferta de serviços sociais básicos (Barata, 2008; Combes et al., 2004; Jorge et al., 2012; Soares et al., 1998; Vargas & Alanís, 2012; Zebardast, 2013), isolamento linguístico (Huang & London,

2012), gravidez indesejada e apoio social ao aborto (Combes et al., 2004) e saúde (Abramovay et al., 2002; Combes et al., 2004; Jorge et al., 2012; Zhang & Huang, 2013). Essas pesquisas abordam a VS em nível macro de análise e, possivelmente em função dessa característica, adotam preferencialmente fontes secundárias de dados. Esses estudos estão, em geral, preocupados em realizar diagnósticos para planejamento e execução de políticas e programas que minimizem riscos ou apoiem esses grupos, comunidades ou populações a enfrentarem, se adaptarem e/ou superarem perdas ou mudanças desfavoráveis em suas vidas.

O uso de medidas baseadas em julgamento humano (percepções, opiniões, autoavaliações) foram relatadas em 23,9% dos artigos, coletadas por meio de entrevistas, grupos focais, observações e questionários a partir de escalas de pontuação que requerem autoavaliações de capacidades de enfrentamento, adaptação e superação de situações de perda, exclusão e sofrimento. A Tabela 2 apresenta uma síntese das medidas de avaliação baseadas em julgamento humano encontrados nos artigos analisados sobre VS.

Tabela 2

Instrumentos de avaliação baseada em julgamento humano

Autor	Público-Alvo	Objetivo/definição do instrumento
(Moser, 1998)	Populações de 4 países em condição de dificuldade econômica no ano de 1980.	Entrevista semiaberta realizada com famílias em condições de baixa renda sobre estratégias adotadas durante o período de crise econômica. Dados sociodemográficos também foram coletados (ex: quantidade de moradores da casa, escolaridade e renda do chefe da família, presença de crianças com menos de 5 anos e idosos acima de 70 anos).
(Ayes et al., 2003)	Jovens de 14 a 18 anos de classe média e baixa	1) Questionário de heteroavaliação do multiplicador (QM) com questões fechadas e semiabertas que verificou a capacidade do aluno

	da Escola Estadual Virgília/SP e alunos que optaram por serem multiplicadores de informações sobre prevenção da AIDS e comportamentos nocivos.	em identificar os alunos multiplicadores (AM); a compreensão do projeto; perfil pessoal e escolar dos AM; avaliação das atividades que participou e interesses próprios em ser um AM. 2) Entrevista qualitativa com o multiplicador (EM) em profundidade que objetivou a autoavaliação sobre a atividade de multiplicação, principais ganhos em ser um AM, ocupações do tempo livre, posicionamento sobre sexo e drogas, como veem a escola neste processo, participação da família, reconhecimento dos AM por parte da escola.
(Combes et al., 2004)	Mulheres no seu primeiro trimestre de gravidez que solicitam aborto no hospital de Rôane/França.	Entrevista semiestruturada para levantamento de dados individuais (ex: escolaridade, renda, idade, ocupação, habitação, quantidade de filhos) e atitudes que podem indicar uma gravidez indesejada (a contracepção, conhecimento sobre políticas estaduais, apoio social para o aborto, intenções a longo-prazo).
(Sant'Anna et al., 2005)	Famílias com histórico de jovens assassinados.	Entrevista semiaberta com perguntas fechadas e levantamento de dados demográficos, epidemiológicos e perguntas abertas relacionadas a trajetória de vida e situações que vulnerabilizaram os jovens ao homicídio.
(Pinsker et al., 2006)	Idosos com déficits cognitivos (memória, consequências de AVC, Alzheimer, demência, neurológicas).	Adaptação da escala <i>Social Vulnerability Scale (SVS)</i> para pacientes com retardo mental e autismo, originalmente com 18 itens, para 28 itens, baseado numa Escala tipo Likert de 5 pontos (0 - nunca; 4 – sempre) que avaliam “ingenuidade”, caracterizada pela capacidade reduzida em detectar e evitar interações interpessoais prejudiciais. Exemplo de itens: “ Quantas vezes ele foi persuadido a comprar produtos desnecessários ou serviços por exemplo, coisas (s) que já possuía ou não podia usar? ”, “foi enganado e levou a culpa por alguma coisa que não havia feito”, "acredita que os boatos vêm de uma fonte questionável ".

(Andrew et al., 2011, 2008; Andrew & Rockwood, 2010)	Idosos com déficits cognitivos e acima de 70 anos.	<i>Social Vulnerability Index</i> foi construído a partir de dois questionários já existentes, o NPHS (<i>National Population Health Survey</i>) com 40 itens e o CSHA (<i>Canadian Study of Health and Aging</i>) com 23 itens. Questionário com pontuação binária (0 – ausente; 1 – presente). Valores intermediários foram aplicados em caso de categorias de respostas ordenadas, por exemplo, para itens como "você já sentiu que precisava de mais ajuda?", com 3 fatores de pontuação (0 - não; 0,5 - às vezes; 1- muitas vezes).
(Malvasi, 2008)	Jovens em situação de VS atendido por ONGs	Observação do cotidiano, conversas informais e entrevista individual com trinta jovens, dez funcionários (educadores, técnicos e gestores).
(Pascal et al., 2009)	Pacientes de vários departamentos de dois hospitais públicos na França.	Questionário para avaliação da VS baseou-se em cinco critérios: concessão de cobertura de saúde universal ou auxílio médico; ausência de seguro de saúde complementar; dificuldade em pagar por cuidados médicos; recebimento de benefícios de segurança social, desemprego a mais de 6 meses.
(Pavarini et al., 2009)	Idosos com alterações cognitivas e suas famílias.	Entrevista estruturada, utilizando instrumento denominado genograma para a compreensão da estrutura familiar de idosos.
(Nakamura et al., 2009)	Indivíduos e famílias de diferentes grupos sociais de um determinado território.	Instrumento composto por questões fechadas e abertas para o reconhecimento dos diferentes perfis de reprodução social (formas de trabalhar e de viver). As questões abertas ressaltam a apreensão da dimensão subjetiva dos processos saúde-doença, nas concepções e vivências das famílias entrevistadas, revelando significados particulares do que seria uma pessoa saudável, estratégias de cuidado (quem desempenha o papel de cuidador, como se estabelece a relação cuidador/paciente) e possibilidades de acesso aos serviços de saúde.
(Collado & Rojas, 2010)	Crianças e suas famílias que vivem em	Os instrumentos de avaliação utilizados foram os seguintes:

<p>situação de VS, caracterizada por problemas complexos (exclusão social, problemas psiquiátricos, desemprego, etc) que possam interferir em suas capacidades parentais.</p>	<p>1) registros quinzenais e relatórios (inicial, intermediário e final) pelo assistente social sobre o desenvolvimento pessoal e social dos filhos e as competências parentais de suas mães e pais; 2) Relatórios de facilitadores de grupos sobre os participantes nas sessões de grupo; 4) Questionário pessoal e de habilidades sociais (Maras, 2005 citado por Collado & Rojas, 2010) para as crianças, pais e assistentes sociais da família; 5) Para os pais, foram avaliadas competências parentais, de acordo com as dimensões de estilo parental democrático, estimulação, modelos e planejamento familiar, de ensino e de funções, disciplina e comunicação positiva; 6) Para as crianças foram avaliados o desenvolvimento pessoal e social de competências pessoais e sociais, dificuldades emocionais, relacionais e comportamentais.</p>
<p>(Pedroso & Motta, 2010)</p> <p>Enfermeiras de crianças em unidade de internação de Hospital.</p>	<p>Entrevista individual semiestruturada com as enfermeiras das crianças sobre as influências da Vulnerabilidade Socioeconômicas no cuidado das crianças internadas.</p>
<p>(Areco et al., 2011)</p> <p>Instituições ou Programas que promovem medidas de proteção para jovens.</p>	<p>Questionário que avaliava o programa, metodologia de trabalho, características da equipe profissional contratada, população atendida, modalidade de demanda e rotina de atendimento.</p>
<p>(Albarrán & Taracena-Ruiz, 2012)</p> <p>Crianças em situação de risco social.</p>	<p>Entrevista aberta com os educadores acerca da pergunta: O que significa para você trabalhar como educador de crianças de rua em situação de risco?</p>
<p>(Rodrigues & Neri, 2012)</p> <p>Idosos com mais de 65 anos.</p>	<p>Autorrelato sobre doenças crônicas, problemas de saúde, hábitos de vida, saúde bucal, acesso a serviços de saúde, capacidade funcional, expectativa de cuidado, sintomas depressivos, suporte social percebido, experiência de eventos estressantes, conceito de felicidade e satisfação com a vida. Para a avaliação de VS foram coletadas informações sobre idade, gênero, renda, número de doenças, sinais e sintomas, capacidade</p>

		funcional, suporte social e saúde percebida, acesso aos serviços de saúde, índice paulista de VS e índice de SUS-dependência.
(Pérez-Villegas et al., 2012)	Adolescentes de Centros Educacionais.	Instrumento com perguntas associadas a VS e comportamento sexual. Para avaliar VS foram considerados os fatores: família disfuncional (ausência de um ou ambos os pais, deficiência nas relações familiares e ausência de apoio em conflito), álcool e drogas (antecedentes pessoais e familiares de consumo e exposição), a violência doméstica (percepção da presença de violência e forma de resolução de conflitos) e delinquência (percepção da presença ou ausência em seu entorno social). Para avaliar conduta sexual, considerou-se: presença e início de atividades sexuais, quantidade de parceiros, uso de método contraceptivo e relações sexuais sob o efeito de drogas ou álcool.
(Lino et al., 2013)	Idosos usuários de uma unidade básica de saúde em uma região violenta do Rio de Janeiro.	Durante consulta foram coletados dados relativos a: visão, audição, força de pressão, continência urinária, saúde auto percebida, humor, cognição, mobilidade, índice de massa corporal, atividades diárias, quedas e apoio social. O apoio social foi medido pela escala de Suporte Social (SS) da MOS (<i>Medical Outcomes Study</i>) de 19 itens, com escala Likert de 5 pontos (1 - nunca; 5 - muito frequentemente) que abrange cinco dimensões de suporte social: suporte afetivo, de informação, interação social positiva e apoio emocional.
(Koli, 2013)	Moradores de duas aldeias no litoral de Bangladesh.	Entrevistas semiestruturadas e em profundidade com questionário aberto foram realizadas para verificar a dependência dos moradores aos recursos da floresta e avaliou alternativas, outras fontes de extração, contatos sociais e instituições locais seguras e venda dos produtos de extração.

Apenas 6,5% dos artigos relataram a adoção de mais de um tipo de medida: indicadores objetivos e questionários (Moser, 1998; Pérez-Villegas et al., 2012; Sant’Anna et al., 2005). Os restantes 13% não adotaram instrumentos de coleta de dados.

1.4 Discussão e agenda de pesquisa

Diante dos resultados encontrados observa-se que, a partir de uma perspectiva de entendimento do constructo, o contexto (por exemplo, social, econômico, político e demográfico) em combinação com as condições de vida cotidiana e a forma como essas pessoas se posicionam frente a esse contexto, é a chave para compreender a sua vulnerabilidade (Hufschmidt, 2011).

Ao longo dos anos, além da condição de pobreza e perda de ativos (Moser, 1998) houve avanços por meio de estudos que foram considerando novos fatores de risco como potencializadores da condição de estar vulnerável assim como pontos e dimensões comuns ao constructo. Contudo, as variações de contexto e perfil das pessoas, grupos e populações, muito típicas dos estudos sobre VS, precisam ser analisadas com cuidado para que os indicadores e medidas também contemplem as especificidades inerentes a essas coletividades (Combes, 2004).

Neste sentido, Moraes, Raffaelli, et al. (2012) afirmam que no decorrer da vida há interações de vários fatores de riscos diferentes, provocando um continuum de VS, o que promove possibilidades no que diz respeito a resultados de desenvolvimento individual e prevenção.

A vulnerabilidade social (VS) é um conceito que, apesar de pouco estudado na área da psicologia, tem sido investigado por pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, entre as quais as ciências da saúde, as ciências ambientais, as ciências sociais, a economia, a gestão pública e a administração.

Observa-se que VS é pouco estudada em psicologia e estão, em fase incipiente, os estudos sobre instrumentos de medida no nível do indivíduo. Ainda não há esforço de elaboração de um modelo teórico de investigação capaz de propor dimensões comuns do conceito de VS que poderiam servir de base para a construção de instrumentos válidos e comparáveis, mesmo quando variam os contextos e os perfis dos participantes. Ainda, são necessários delineamentos de pesquisas mais complexos, que possibilitem estabelecer relações de causalidade entre fatores de risco e VS. A análise da produção de conhecimentos corrobora a afirmação de Hufschmidt (2011) de que não há teoria ou instrumento universal de vulnerabilidade, dificultando o avanço das pesquisas e das intervenções para enfrentamento e superação da VS.

Há predomínio de estudos sobre populações acometidas por algum tipo de fator de risco (social, psicológico, biológico, físico) em uma ampla variedade de contextos, porém há relativamente poucos estudos investigando a forma como as pessoas reagem a essas situações de risco, impacto desfavorável ou prejuízos.

No que concerne a perfis específicos dos grupos ou pessoas estudados, há um predomínio de estudos envolvendo jovens ou idosos, fato este que pode ser facilmente justificado pelas peculiaridades desses grupos. No entanto, é importante que sejam realizados mais estudos que: avaliem em profundidade a forma como as pessoas pertencentes aos grupos de idosos e jovens se percebem diante de fatores de riscos inerentes aos respectivos contextos ou condições, analisem o relacionamento entre essas percepções com outras variáveis como a aprendizagem em situações de mudança, instabilidade financeira, profissional e emocional, para que, a partir dos resultados dessas pesquisas seja possível construir planos de ação para prevenção e redução de danos.

Por fim, ressalta-se a importância de produção científica aplicada à busca de soluções para redução de danos, e a melhoria das condições de vida e do bem-estar de pessoas em situação de VS. A principal contribuição deste estudo foi identificar pontos comuns no uso do conceito de vulnerabilidade, os quais possibilitam a elaboração de uma definição constitutiva para o constructo de vulnerabilidade das pessoas diante de riscos a que estão expostas em diferentes contextos e situações da vida. As dimensões comuns possibilitam a construção de instrumentos para medir as percepções de VS e psicológica de pessoas em situações de risco ou sob o impacto de mudanças bruscas, prejuízos, danos, catástrofes e situações de enfrentamento de situações adversas. São três as dimensões que compõem o constructo: (1) percepção desses indivíduos sobre fatores de riscos presentes nos contextos em que se inserem (condições, restrições, mudanças); (2) percepções sobre as próprias capacidades, sentimentos e habilidades de enfrentamento de situações adversas, adaptação e superação diante de perdas ou mudanças relevantes em suas vidas e (3) percepções sobre a capacidade e os recursos disponíveis no grupo, comunidade, governo para o enfrentamento do problema, redução de danos, superação do sofrimento e retomada do bem-estar e da qualidade de vida. O instrumento de medida poderia ser desenvolvido a partir da definição desses componentes e validado em amostras de pessoas (jovens e idosos) em situação de risco ou que estejam sob o impacto de situações adversas e catástrofes. Esse tipo de instrumento possibilitaria diagnosticar as fragilidades e as potencialidades de grupos vulneráveis, o que possibilitaria a construção de teoria sobre percepções de vulnerabilidade e o planejamento de ações efetivas para apoiar indivíduos, grupos e comunidades no enfrentamento e na busca de caminhos de superação de situações de risco, sofrimento ou perda.

Referências Bibliográficas

- Abramovay, M., Castro, M. G., Pinheiro, L. de C., Lima, F. de S., & Martinelli, C. da C. (2002). Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas. *UNESCO, BID*. Retrieved from <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127138por.pdf>
- Albarrán, G., & Taracena-Ruiz, B. E. (2012). Análisis de implicación de educadores de niños y niñas en riesgo de calle: el trabajo en una organización de asistencia social en la Ciudad de México. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez Y Juventud*, 10 (2), 957–970.
- Andrew, M. K., Fisk, J. D., & Rockwood, K. (2011). Social vulnerability and prefrontal cortical function in elderly people: a report from the Canadian Study of Health and Aging. *International Psychogeriatrics*, 23(03), 450–458.
- Andrew, M. K., Mitnitski, A. B., & Rockwood, K. (2008). Social vulnerability, frailty and mortality in elderly people. *PLoS ONE*, 3(5), e2232.
- Andrew, M. K., & Rockwood, K. (2010). Social vulnerability predicts cognitive decline in a prospective cohort of older Canadians. *Alzheimer's & Dementia*, 6(4), 319–325.e1.
- Areco, N. M., Matias, C. A., Silva, R. C. da, & Simon, C. P. (2011). Caracterização dos serviços que atendem adolescentes: interfaces entre saúde mental e drogadição. *Psicologia & Sociedade*, 23(1), 103–113.
- Ayres, J. R. D. C. M., Freitas, A. C., Santos, M. A. S. dos, Saletti Filho, H. C., & França Júnior, I. (2003). Adolescência e aids: avaliação de uma experiência de educação preventiva entre pares. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 7(12), 123–138.
- Barata, R. B. (2008). Acesso e uso de serviços de saúde: considerações sobre os resultados da pesquisa de condições de vida 2006. *São Paulo Em Perspectiva*, 22(2), 19–29.

- Cartier, R., Barcellos, C., Hübner, C., & Porto, M. F. (2009). Vulnerabilidade social e risco ambiental: uma abordagem metodológica para avaliação de injustiça ambiental. *Cadernos de Saúde Pública*, 25(12), 2695–2704.
- Castro, A. M., Mardones, E. E., Ortiz, A. I., & Quiroga, F. E. (2013). Interacciones alumnos-profesor en contextos de vulnerabilidad respecto de la ocurrencia de episodios de violencia simbólica en clases de matemáticas. *Formación Universitaria*, 6(1), 29–40.
- Collado, M. de la C., & Rojas, I. B. (2010). Educational interventions targeted at minors in situations of grave social vulnerability and their families. *International Review of Education*, 56(4), 377–398.
- Combes, P., Gaillard, M.-C., Pellet, J., & Demongeot, J. (2004). A score for measurement of the role of social vulnerability in decisions on abortion. *European Journal of Obstetrics & Gynecology and Reproductive Biology*, 117(1), 93–101.
- Cutter, S. L., & Finch, C. (2008). Temporal and spatial changes in social vulnerability to natural hazards. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 105(7), 2301–2306.
- Fekete, A., Damm, M., & Birkmann, J. (2010). Scales as a challenge for vulnerability assessment. *Natural Hazards*, 55(3), 729–747.
- Ferreira, R. A., Ferriani, M. das G. C., Mello, D. F., Carvalho, I. P., Cano, M. A., & Oliveira, L. A. de. (2012). Análise espacial da vulnerabilidade social da gravidez na adolescência. *Caderno de Saúde Pública*. Rio de Janeiro: fevereiro, 2012.
- Fischer, A. P., Paveglio, T., Carroll, M., Murphy, D., & Brenkert-Smith, H. (2013). Assessing social vulnerability to climate change in human communities near public forests and grasslands: a framework for resource managers and planners. *Journal of Forestry*, 111(5), 357–365.

- Gama, C. A. P. da, Campos, R. T. O., & Ferrer, A. L. (2014). Saúde mental e vulnerabilidade social: a direção do tratamento. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 17(1), 69–84.
- Huang, G., & London, J. (2012). Mapping cumulative environmental effects, social vulnerability, and health in the San Joaquin Valley, California. *American Journal of Public Health*, 102(5), 830–832.
- Hufschmidt, G. (2011). A comparative analysis of several vulnerability concepts. *Natural Hazards*, 58(2), 621–643.
- Jorge, K. O., Oliveira Filho, P. M., Ferreira, E. F., Oliveira, A. C., Vale, M. P., & Zarzar, P. M. (2012). Prevalence and association of dental injuries with socioeconomic conditions and alcohol/drug use in adolescents between 15 and 19 years of age. *Dental Traumatology*, 28(2), 136–141.
- Koli, A. (2013). Community forest management addressing social vulnerability of forest communities in Bangladesh. *International Forestry Review*, 15(3), 336–347.
- Lino, V. T. S., Portela, M. C., Camacho, L. A. B., Atie, S., & Lima, M. J. B. (2013). Assessment of social support and its association to depression, self-perceived health and chronic diseases in elderly individuals residing in an area of poverty and social vulnerability in Rio de Janeiro City, Brazil. *PLoS ONE*, 8(8), e71712.
- Malvasi, P. A. (2008). ONGs, vulnerabilidade juvenil e reconhecimento cultural: eficácia simbólica e dilemas. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 12(26), 605–617.
- Martins, V. N., Silva, D. S., & Cabral, P. (2012). Social vulnerability assessment to seismic risk using multicriteria analysis: the case study of Vila Franca do Campo (São Miguel Island, Azores, Portugal). *Natural Hazards*.

- Morais, N. A. de;, Koller, S. H., & Raffaelli, M. (2012). Rede de apoio, eventos estressores e mau ajustamento na vida de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. *Universitas Psychologica*, *11*(3), 779–791. Retrieved from <http://revistas.javeriana.edu.co/index.php/revPsycho/article/view/779>
- Morais, N. A. de;, Raffaelli, M., & Koller, S. H. (2012). Adolescentes em situação de vulnerabilidade social e o continuum risco-proteção. *Avances En Psicología Latinoamericana*, *30*(1), 118–136.
- Moser, C. O. N. (1998). The asset vulnerability framework: reassessing urban poverty reduction strategies. *World Development*, *26*(1), 1–19.
- Nakamura, E., Egry, E. Y., Campos, C. M. S., Nichiata, L. Y. I., Chiesa, A. M., & Takahashi, R. F. (2009). The potential of an instrument to identify social vulnerabilities and health needs: collective health knowledge and practices. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, *17*(2), 253–258.
- Noriega, G. R., & Ludwig, L. G. (2012). Social vulnerability assessment for mitigation of local earthquake risk in Los Angeles County. *Natural Hazards*, *64*, 1341–1355.
- Palma, A., & Mattos, U. A. de O. (2001). Contribuições da ciência pós-normal à saúde pública e a questão da vulnerabilidade social. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, *8*(3), 567–590.
- Pascal, J., Abbey-Huguenin, H., Leux, C., Lombrail, P., & Lert, F. (2009). Social vulnerability and unmet preventive care needs in outpatients of two French public hospitals. *The European Journal of Public Health*, *19*(4), 403–411.
- Pavarini, S. C. I., Barha, E. J., Mendiondo, M. S. Z. de;, Filizola, C. L. A., Petrilli Filho, J. F., & Santos, A. A. dos; (2009). Family and social vulnerability: a study with octogenarians. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, *17*(3), 374–379.

- Pedroso, M. D. L. R., & Motta, M. D. G. C. D. (2010). A compreensão das vulnerabilidades sócio-econômicas no cenário da assistência de enfermagem pediátrica. *Revista Gaúcha de Enfermagem (Online)*, 31(2), 218–224.
- Pérez-Villegas, R., Agurto-Vásquez, K., Contreras-Escobar, K., Medina-Jara, L., Muñoz-Henríquez, C., Parra-Villaruel, J., & Sáez-Carrillo, K. (2012). Início da vida sexual na adolescência e relações de gênero: um estudo transversal em São Paulo, Brasil, 2002. *Revista Colombiana de Obstetricia Y Ginecología*, 63(4), 327–333.
<http://doi.org/10.1590/S0102-311X2005000200016>
- Pinsker, D. M., Stone, V., Pachana, N., & Greenspan, S. (2006). Social vulnerability scale for older adults: validation study*. *Clinical Psychologist*, 10(3), 109–119.
<http://doi.org/10.1080/13284200600939918>
- Prati, L. E., Couto, M. C. P. D. P., & Koller, S. H. (2009). Famílias em vulnerabilidade social: rastreamento de termos utilizados por terapeutas de família. *Psicologia: Teoria E Pesquisa*, 25(3), 403–408.
- Rodrigues, N. O., & Neri, A. L. (2012). Vulnerabilidade social, individual e programática em idosos da comunidade: dados do estudo FIBRA, Campinas, SP, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(8), 2129–2139.
- Sant’Anna, A., Aerts, D., & Lopes, M. J. (2005). Homicídios entre adolescentes no Sul do Brasil: situações de vulnerabilidade segundo seus familiares. *Cadernos de Saúde Pública*, 21(1), 120–129.
- Silva, M. de N. R. M. de O., Santos, V. dos, Santos, J. E. dos, Oliveira, F. M. de, Nogueira, D. J., & Gallassi, A. D. (2014). Desenvolvendo e articulando a rede intersetorial para cuidado integral de usuários de drogas em contextos de vulnerabilidade. *Cadernos de Terapia*

- Ocupacional Da UFSCar*, 22(Especial), 145–152.
- Soares, C. B., Ávila, L. K. de, & Salvetti, M. de G. (1998). Vulnerabilidade de adolescentes no Silos-Butantã. *Saúde E Sociedade*, 7, 63–82.
- Solangaarachchi, D., Griffin, A. L., & Doherty, M. D. (2012). Social vulnerability in the context of bushfire risk at the urban-bush interface in Sydney: a case study of the Blue Mountains and Ku-ring-gai local council areas. *Natural Hazards*, 64(2), 1873–1898.
- Tate, E. (2012). Social vulnerability indices: a comparative assessment using uncertainty and sensitivity analysis. *Natural Hazards*, 63(2), 325–347.
- Vargas, E. C., & Alanís, J. C. (2012). Vulnerabilidad social y comportamiento electoral. Un análisis por secciones electorales. *Papeles de Población*.
- Yoon, D. K. (2012). Assessment of social vulnerability to natural disasters: a comparative study. *Natural Hazards*, 63(2), 823–843.
- Zebardast, E. (2013). Constructing a social vulnerability index to earthquake hazards using a hybrid factor analysis and analytic network process (F'ANP) model. *Natural Hazards*, 65(3), 1331–1359.
- Zhang, N., & Huang, H. (2013). Social vulnerability for public safety: a case study of Beijing, China. *Chinese Science Bulletin*, 58(19), 2387–2394.

Estudo 2

Impacto de treinamento no trabalho de jovens aprendizes

Resumo

O objetivo deste estudo foi avaliar o impacto de um treinamento profissionalizante no trabalho de jovens aprendizes em situação de vulnerabilidade social. Para isso, uma escala de autoavaliação de impacto de treinamento no trabalho de jovens aprendizes foi construída e aplicada em uma amostra de 281 jovens aprendizes com idade variando entre 14 e 22 anos, sendo 99% residentes da RIDE-DF e 56,6% mulheres. As respostas numéricas dos participantes aos itens do questionário foram submetidas a análises fatoriais exploratórias e de consistência interna. Os resultados mostraram estrutura empírica bifatorial, sendo o fator 1, denominado Habilidades e Atitudes de Interação no Trabalho, composto por 8 itens com cargas fatoriais variando de 0,30 a 0,70 e $\alpha = 0,67$ e o fator 2, Visão de Futuro e Liderança, composto por 7 itens com cargas fatoriais variando de 0,30 a 0,51 e $\alpha = 0,60$. Os dois fatores explicaram juntos apenas 21,75% da variância total das respostas numéricas dos participantes aos itens, indicando necessidade de inserção de mais itens e aprimoramento do instrumento. Os resultados mostraram uma baixa, porém significativa, correlação entre os fatores habilidades e atitudes de interação no trabalho e visão de futuro e liderança ($r = 0,375$, $p=0,001$) e para a variável gênero houve diferença estatisticamente significativa, indicando que as mulheres obtiveram médias maiores em habilidade e atitude de interação no trabalho ($M=3,26$, $DP= 0,40$), do que os homens. Os resultados mostraram que os participantes da amostra são jovens oriundos das classes econômicas C2 e DE e residiam em locais com altas taxas de homicídio e baixos IDHs, confirmando a exposição a riscos sociais e situação de vulnerabilidade desses jovens. Nenhuma variável sociodemográfica dos participantes, nem os indicadores de vulnerabilidade social estava correlacionada com impacto de treinamento no trabalho. Em futuros estudos, sugere-se avaliar a percepção dos jovens sobre a vulnerabilidade social vivida por eles, bem como a avaliação da VS por meio de outros indicadores objetivos.

Palavras-chave: impacto de treinamento; jovem aprendiz; vulnerabilidade social

Abstract

The overall objective of this work is to evaluate the impact of professional learning training program a in the work of socially vulnerable young apprentices. Two studies were carried out to meet the proposed objectives. Study 1 presents a systematic review of national and international scientific literature on the concept of Social Vulnerability and its measuring instruments. There were 46 articles selected for analysis out of 620 found on journals in english, portuguese and spanish languages rated by peers, between the years 1994 and 2014. The results suggest that Social Vulnerability is a multidimensional construct and it is understudied in psychology and further materials are still in early stage, as well as the discussions about measuring instruments remain in the individual level. Study 2 exposes the construction and application of a self-assessment scale to evaluate the impact of the training on the work of 281 young apprentices aged between 14 and 22 years, from the brazilian Federal District area. The results showed two-factor empirical structure that explained a set of 21.75% of the total variance of the number of participants responses to the items, indicating a need for inclusion of more items and improvement of the instrument. The results demonstrate that the economic condition prerequisite C2 and DE for participation of youth in the program, homicide rates and the Human Development Index of the RIDE-DF indicate at least some level of social vulnerability situation in which the participants currently live, yet it was not observed correlation with the training impact variables. It is suggested that in future studies evaluate the perception of social vulnerability experienced by young apprentices, as well as evaluating the VS by other indicators. *Keywords:* training impact; social vulnerability; young apprentice

2.1 Introdução

Em um levantamento bibliográfico de estudos em Psicologia com adolescentes trabalhadores, publicados entre 2001 e 2011, realizado por Frenzel & Bardagi, 2014, observou-se que há uma polarização de opiniões a respeito dos pró e contras da entrada precoce do jovem no mercado de trabalho. De forma geral, o artigo destaca três aspectos que precisam ser considerados quando se trata do trabalho de jovens e adolescentes: (1) o significado que o trabalho tem para o jovem trabalhador: (2) a forma como o trabalho influencia sua saúde e (3) a forma como o trabalho influencia em seus estudos (Frenzel & Bardagi, 2014).

Nota-se com os resultados que um ambiente de trabalho pode gerar prejuízos ao desenvolvimento escolar, impedimento de se realizar outras atividades extraclasse por conta de horários inflexíveis, cansaço, redução da quantidade de horas de sono e doenças (Dias, 2014; Frida Marina Fischer et al., 2003; Lachtim & Soares, 2009; Sousa, Frozzi, & Bardagi, 2013; Souza & Silveira Filho, 2007; Torres, Paula, Ferreira, & Pinheiro, 2010), ou pode tornar-se um espaço propício ao desenvolvimento de potencialidades, integração e amadurecimento pessoal e profissional para os jovens, estimulando a autonomia e aumentando a autoestima e o compromisso (Cadoná & Góes, 2013; Sales, 2014; Sousa et al., 2013)

De acordo com o relatório do Banco Internacional do Trabalho (BIT) de 2012 (Cossio et al., 2012), as Políticas Ativas do Mercado de Trabalho (PAMT) tornaram-se estratégicas e eficientes em contextos de crises econômicas e de vulnerabilidade social (projetos da Argentina, Peru, Alemanha, Países Baixos e Reino Unido), pois, por um lado, promovem o emprego, a formação e a orientação profissional do jovem desempregado, e oferecem incentivos fiscais às organizações que aderem ao programa. Contudo, nota-se que um ambiente monitorado (Frenzel

& Bardagi, 2014), que ofereça suporte (Sousa et al., 2013) tanto às atividades laborais, quanto às fases de desenvolvimento de cada jovem (Dias, 2014), talvez seja o ideal, pois, desse modo, os programas de aprendizagem poderiam reduzir eventuais efeitos nocivos do trabalho sobre o rendimento escolar e saúde do jovem trabalhador, e, ao mesmo tempo, estimular e potencializar o desenvolvimento do jovem. Além disso, a promoção de direitos e cidadania oferece a oportunidade de desenvolvimento de habilidades aos jovens, capacitando-os a compreender, analisar e refletir sobre o mundo, e sobre a possibilidade de exercer um papel ativo na sociedade.

A aprendizagem informal é considerada uma das formas mais eficazes de preparar e qualificar o jovem para o mercado formal em países desenvolvidos (Cossio et al., 2012), diante da reduzida oferta de empregos que requeiram perfis compatíveis com as competências possuídas pelo jovens (Belluzzo & Victorino, 2004; Lachtim & Soares, 2009). Observa-se ainda que a combinação entre conhecimento aprendido em sala de aula e no local de trabalho, aumenta o desempenho profissional de jovens em 30%, quando comparado com o desempenho de jovens que ingressam no mercado de trabalho sem um processo de profissionalização. (Cossio et al., 2012) Art. 3º do Decreto 5.598/2005) (Brasil, 2005), que estabelece um plano de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado não superior a dois anos, em que o empregador assegura e se compromete com o desenvolvimento profissional do jovem aprendiz, por meio de atribuição de tarefas que oportunizem aprendizagem no trabalho e uma formação técnico-profissional metódica, compatível com as suas peculiaridades físicas, morais e psicológicas. Por sua vez, o jovem aprendiz estabelece o compromisso de executar suas tarefas, com assiduidade, disciplina e atenção às atividades propostas, necessárias à sua formação profissional.

Assim como vários programas de inclusão de jovens no mercado de trabalho (Capacitação Solidária, Primeiro Emprego, Bolsa Trabalho, Jovem Cidadão: Meu Primeiro Trabalho, Serviço Civil Voluntário, Aprendiz Legal, Jovem Candango), o objetivo do programa em questão é o de combater à delinquência juvenil no Brasil, promovendo a aprendizagem e gerando emprego e renda para o jovem e sua família, colaborando assim para o desenvolvimento socioeconômico do país e promovendo os direitos e cidadania dos jovens.

Dentre as várias lacunas existentes no que diz respeito a estudos acadêmicos sobre trabalho juvenil baseado na Lei da Aprendizagem (Brasil, 2000), uma delas é com relação a eficácia dos conhecimentos, habilidades e atitudes adquiridos pelos jovens por meio do treinamento e sua relação com o desempenho no trabalho (impacto de treinamento). Treinamento este que, por sua vez, é pré-requisito para que uma instituição forneça programas de ensino aprendizagem (Brasil, 2000). Isso ressalta a afirmação de Mattos & Chaves (2010) segundo a qual as pesquisas no Brasil ainda tendem a desconsiderar a heterogeneidade de aspectos relacionados ao trabalho juvenil.

De acordo com Zerbini & Abbad (2010), o Impacto de Treinamento no Trabalho pode ser medido de acordo com dois níveis de abrangência: em profundidade e em amplitude. O primeiro, refere-se à aplicação de conhecimentos, habilidades e atitudes adquiridos em treinamento. E o segundo, por sua vez, é o efeito do treinamento sobre o desempenho geral do indivíduo em uma função, cargo ou ocupação. A informação sobre o impacto de treinamento em amplitude e profundidade tem sido medida por meio de autoavaliação do treinamento e heteroavaliações realizadas por superiores ou pares do participante.

Abbad, Borges-Andrade, Sallorenzo, Gamas, & Morandini (2001) afirmam que para um treinamento ser efetivo no que diz respeito aos conhecimentos, habilidades e atitudes aprendidos,

é fundamental conhecer as variáveis do contexto de pós-treinamento. Estudos confirmam que quanto melhores condições do ambiente de trabalho, quanto maior o suporte, maior impacto do treinamento no trabalho (Bastos, 2012; Homklin, Takahashi, & Techakanont, 2013; Hutchins, 2008).

Santos (2012) afirma que treinamentos contribuem para a socialização à aprendizagem no trabalho e o desenvolvimento de carreira profissional, estando fortemente relacionados com impactos positivos do treinamento no trabalho. Outra variável que mantém uma relação positiva com impacto do treinamento no trabalho são as medidas de suporte à transferência de treinamento – social, gerencial, psicossocial, externo ou material (Bastos, 2012; Cromwell & Kolb, 2004; Homklin et al., 2013; Lacerda & Abbad, 2003; Ma & Chang, 2013; Meneses & Abbad, 2003; Oliveira, 2009; Pereira, 2009; Pham, Segers, & Gijsselaers, 2013; Santos, 2012; M. E. Da Silva, 2006; Yotamo, 2014). Outras variáveis que predizem o impacto do treinamento no trabalho foram a motivação do participante para o treinamento (Homklin et al., 2013; Rowold, 2007), reação do participante ao instrutor (Lacerda & Abbad, 2003) e autoeficácia (Homklin et al., 2013; Meneses & Abbad, 2003).

Outro fator encontrado nos estudos de Hutchins (2008) demonstram que as características cognitivas, motivacionais, atitudinais do participante influenciam para a transferência de treinamento (Abbad, Zerbini, Carvalho, & Meneses, 2006).

Nas buscas realizadas, nota-se que, como afirmado por Zerbini & Abbad (2010), o perfil dos participantes das pesquisas sobre Impacto de treinamento e transferência de aprendizagem, conceitos correlatos, são de adultos, servidores de organizações públicas.

Diante deste cenário, tendo em vista as lacunas de pesquisas relacionadas às características de jovens aprendizes para a transferência de treinamento e impacto no trabalho, e

a relevância do programa no Brasil, se insere o presente estudo exploratório. O estudo foi realizado com o intuito de produzir resultados palpáveis que pudessem oferecer intervenções e melhoramentos deste programa, para as organizações que recebem os jovens, avanços para futuros programas similares e para novas pesquisas.

Os participantes do programa de aprendizagem descrito neste artigo são jovens com idade entre 14 e 24 anos que estavam obrigatoriamente estudando no ensino formal, com renda familiar caracterizando classe C2 e DE (Abep, 2014), residentes em cidades situadas nas Regiões Integradas de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF). A RIDE, que objetiva articular ações administrativas da União, dos Estados e dos Municípios para a promoção de projetos que desenvolvam as regiões participantes é constituída pelo Distrito Federal, alguns municípios de Goiás e Minas Gerais e sua população é de aproximadamente 4 milhões de habitantes.

2.2 Método

Trata-se de um estudo exploratório, descritivo, correlacional, com abordagem mista (quantitativa e qualitativa), utilizando coleta de dados primários (questionário) e secundária (análise documental dos materiais didáticos e arquivísticas, contidas em sistemas governamentais de informação). A seguir, são descritos: a) programa de aprendizagem estudado, b) a escala construída, c) os participantes do estudo e d) os procedimentos de coleta e análise de dados.

2.2.1 O Programa de aprendizagem

O Programa de aprendizagem estudado nesta pesquisa foi a formação técnico-profissional metódica oferecida por entidades qualificadoras ao Jovem Aprendiz, composta por atividades teóricas e práticas, organizadas sob a forma de tarefas de complexidade progressiva e aplicadas concomitante com as tarefas executadas pelos aprendizes no trabalho, nas empresas contratantes com suporte de um Coordenador (colaborador interno da empresa contratante). Trata-se de um treinamento que inclui atividades de sala de aula e estágio profissionalizante supervisionado por um superior.

O treinamento oferecido aos jovens aprendizes segue as diretrizes legais da educação profissional e tecnológica concebida pela CONAP (Catálogo Nacional de Programas de Aprendizagem) em consonância com a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) que estabelece uma carga horária mínima para Programas de aprendizagem profissional em nível de formação inicial (qualificação em determinada e específica função) de 400 horas. Essa formação deve garantir ao jovem o acesso ao ensino fundamental e ensino médio, frequência obrigatória às aulas na escola, sendo que o estágio e o treinamento profissionalizante devem ocorrer em horário oposto ao horário escolar.

O Jovem aprendiz conta com a participação articulada da família, escola e empresa (contratante), de modo que o programa possa oportunizar condições de formação nas dimensões teóricas e práticas, possibilitando ao aprendiz desenvolvimento de sua cidadania, a compreensão das características do mundo do trabalho, atividades e conhecimentos técnicos, tecnológicos e práticos específicos da ocupação.

Os contratantes desses jovens são empresas de qualquer natureza que estejam incluídas dentro da quota de obrigatoriedade de contratação de aprendizes (5% a 15% de acordo com a quantidade dos funcionários totais da organização).

A execução do treinamento é realizada por instrutores graduados em áreas diversas, com experiência prévia em sala de aula. Além de multiplicar o conteúdo do treinamento em sala de aula, são responsáveis pelo controle da frequência ao curso, relacionamento com o coordenador do estágio na empresa, relacionamento com o aluno e as avaliações que acontecem de forma contínua (diária e nos finais dos módulos). Para a mensuração dos avanços no processo de aprendizagem, na avaliação, os instrutores consideram aspectos: cognitivos, afetivos, relacionais, assiduidade, desenvolvimento de competências, desempenho no trabalho e autorreflexões. Contam com uma equipe multidisciplinar que consiste de um Assistente Social e Psicólogo para as atividades de suporte psicossocial e seleção dos jovens para o preenchimento das vagas dos contratantes, uma coordenadora pedagógica e uma gestora educacional para suporte ao cumprimento do conteúdo da Lei da Aprendizagem e da metodologia pedagógica, realizada por meio de uma tecnologia de ensino própria da instituição chamada Metodologia Modular (MEMO).

A Metodologia Modular (MEMO) é a tecnologia de ensino oferecida pela entidade qualificadora do atual estudo e tem por base os princípios legais da Lei da Aprendizagem citados. A didática pedagógica é estruturada em quatro eixos estruturantes: inclusão social de todos os cidadãos dotados de direitos e deveres (socialmente justo), trabalho (economicamente viável), meio ambiente (ecologicamente certo) e identidade do brasileiro (culturalmente construído). Os conteúdos propostos abordam assuntos como: o empreendedorismo, a diversidade, o protagonismo juvenil, a construção da cidadania, a preservação ambiental, o multiculturalismo, as etnias, as ideologias, a comunicação, o consumo, a orientação sexual, a saúde, a discriminação e o preconceito. A didática pedagógica considera assuntos relacionados à

a peculiaridade dos jovens aprendizes em situação de vulnerabilidade social somada aos conhecimentos, habilidades e atitudes exigidas pelo mercado de trabalho.

A MEMO prevê três etapas do treinamento: o Módulo Básico (MB), Módulo Profissionalizante (MP) e Módulo Específico (ME).

Tabela 1

Descrição dos módulos de treinamento do Programa de Aprendizagem

Módulo	Carga horária	Objetivos instrucionais
Módulo Básico (MB)	40 horas	Identificar conhecimentos, habilidades e atitudes necessários para o relacionamento interpessoal no trabalho; aplicar o respeito às diversidades cultural, de gênero, de credo e de raça no ambiente de trabalho; reconhecer o papel do ser humano no planeta em relação ao cuidado com a natureza; identificar e empregar seu ponto de vista utilizando linguagem oral e escrita; identificar a importância da comunicação nas relações de trabalho; identificar o perfil profissional exigido no mercado de trabalho; reconhecer o trabalho como um dos instrumentos de realização pessoal e profissional; reconhecer e aplicar os direitos e deveres fundamentais do trabalhador tendo como referência a legislação trabalhista; reconhecer e aplicar o conhecimento do Empreendedorismo como diferencial no mercado de trabalho; reconhecer suas responsabilidades profissionais dentro da empresa; organizar rotina de trabalho, de treinamento e atividades escolares.
Módulo Profissionalizante (ME)	352 horas	Aplicar conhecimentos, habilidades e atitudes em informática utilizando sistema operacional Windows e ferramentas de edição de textos, tabelas e apresentações; tipos de empresa (mista, privada e pública) e sua importância para o mercado e sociedade; identificar formas de assédio moral, psicológico e sexual; identificar áreas e processos de trabalho de

uma organização; reconhecer a importância de tecnologias de comunicação no trabalho e nas demais atividades cotidianas; discutir acerca da juventude no mercado de trabalho e políticas públicas; identificar os tipos de profissões, tipos de remuneração e benefícios oferecidos atualmente no mercado de trabalho; reconhecer um ambiente seguro e saudável de trabalho; identificar tipos de documentos utilizados nos processos de trabalho e suas funções; comparar os tipos de clientes e formas de atendimento para cada um dos tipos; reconhecer e identificar políticas de segurança pública existentes na região onde vivem; identificare comparar os tipos de planejamento (tático, operacional e estratégico); discutir acerca de práticas de organização para empresas; identificar e aplicar o 5S no local de trabalho; reconhecer os tipos de administração (de pessoas, de materiais, financeira e logística); reconhecer e aplicar técnicas de escrita e redação (narração, descrição e dissertação); reconhecer noções bancárias, de contabilidade, de economia (sistemas econômicos) e de gestão de documentos; reconhecer o que são projetos; discutir sobre a qualidade do mercado de trabalho e como o Brasil se apresenta no mercado internacional.

Módulo	Variação entre	O treinamento dos arcos ocupacionais contém cargas horárias
Específico	160 e 280	diferenciadas. Os treinamentos oferecidos pela organização participante
	horas a	desta pesquisa são: ocupações administrativas, técnicas bancárias,
	depende do	repositor de mercadorias, telesserviços, turismo e hospitalidade e vendas.
	arco	Os objetivos instrucionais são específicos às ocupações e caso seja do
	ocupacional.	interesse do leitor, poderá ser solicitado à autora. O objetivo do módulo
		específico é de capacitar os jovens aprendizes para a ocupação funcional
		ao qual foi contratado, conforme indica o Código Brasileiro de Ocupações
		(CBO).

Neste estudo, utilizou-se como referência para a construção da escala, os objetivos instrucionais do Módulo Básico (MB) do treinamento profissionalizante, de acordo com as recomendações técnicas de Zerbini et al. (2012).

2.2.2 Elaboração do instrumento

A escala de autoavaliação de impacto do treinamento no trabalho foi elaborada com o objetivo de mensurar o grau de domínio dos conhecimentos, habilidades e atitudes adquiridas pelos aprendizes no Módulo Básico (MB) de acordo com os objetivos instrucionais e diretrizes pedagógicas, a saber: (1) direitos e deveres, (2) diversidade, (3) protagonismo, (4) solidariedade, (5) comunicação e (6) planejamento.

A validação semântica se deu junto a três instrutores, uma coordenadora pedagógica e uma gestora educacional, visando adequar instruções, itens e escala à realidade dos jovens aprendizes. Foram feitos ajustes nos itens para assegurar que as frases fossem compreendidas pelos participantes.

Para cada uma das seis categorias de conteúdo, foram elaborados três itens, os quais foram inseridos de forma aleatória no questionário. Esse instrumento contendo 18 itens foi aplicado em cinco juízes, escolhidos entre os instrutores do MB. Pediu-se a eles que registrassem ao lado de cada item o nome da categoria de conteúdo que mais se relacionava à natureza do comportamento descrito. Não houve discrepâncias nesse julgamento, pois todos os instrutores classificaram os itens da mesma forma.

O questionário, após validação semântica e por juízes, contém instruções, 18 itens da escala de impacto do treinamento no trabalho, medido em termo de atitudes observáveis que fazem parte de sua rotina diária no trabalho, e dados sócio-demográficos inseridos ao final do

questionário para caracterização da amostra (nome, idade, escolaridade, sexo, região onde mora, data de admissão/contratação no programa, local de trabalho, nome do coordenador de campo).

Os itens de avaliação do impacto do treinamento no trabalho estão associados a uma escala tipo Likert de quatro pontos (1 = nunca, 2 = raramente, 3 = frequentemente e 4 = sempre).

2.2.3 Participantes: os jovens aprendizes da Rede Pró Aprendiz

O levantamento de dados (survey) foi realizado junto a uma amostra de jovens aprendizes, selecionados por conveniência e que tenham assentido participar da pesquisa com o consentimento dos responsáveis (Termo de Assentimento do Jovem Aprendiz e Termos de Consentimento Livre e Esclarecido aos Responsáveis - Anexo 1 e 2).

Participaram do estudo 362 jovens trabalhadores de um universo de 1670 jovens matriculados no Distrito Federal, que haviam passado pelo MB e estavam lotados nos períodos matutinos e vespertinos do Módulo Profissionalizante (MP) ou Módulo Específico (ME) na Sede Rede Pró Aprendiz em Brasília.

Após tratamento de casos omissos e valores extremos multivariados, considerou-se 281 (77,6%) casos válidos para análise de dados. Como a escala é composta por 18 itens, foram obtidos 15,61 respondentes por item, considerada uma amostra adequada para análise fatorial exploratória (Pasquali, 2010).

O perfil dos jovens pesquisados apontou para uma maioria de mulheres (56,6%), com idade variando entre 14 anos e 22 anos ($M = 16,88$, $DP = 1,37$). Em relação ao nível de escolaridade, 83,4% dos respondentes possuíam Ensino Médio cursando ou completo (seguidos de Ensino Fundamental cursando/completo (10,9%) e Ensino Superior cursando (5,6%). Entre os

respondentes, 99% residiam nas RIDE-DF, destacando-se a Cidade Estrutural (11,3%), Santa Maria (11%), Gama (10,9%), São Sebastião (10,3%), Samambaia (10,3%), Ceilândia (7,9%), Recanto das Emas (5,6%), Riacho Fundo (4,6%), Sobradinho (4,3%), Valparaíso (2,6%), Cidade Ocidental (2,3%), Taguatinga (2%), Brazlândia (2%), Paranoá (1,7%) e Águas Lindas (1,7%).

O tempo médio do contrato de aprendizagem à época da coleta de dados era de aproximadamente 11,44 meses (DP = 120,65), sendo que 19,2% dos jovens aprendizes encontravam-se na fase iniciante do treinamento (32 a 243 dias), 73,3% dos jovens aprendizes encontravam-se na fase intermediária do treinamento (244 a 455 dias) e 7,5% dos jovens aprendizes encontravam-se na fase avançada do treinamento (456 a 667 dias). Para fins de análise, foi utilizado o valor da mediana (370 dias) onde o grupo abaixo da mediana correspondia a 55,2% dos jovens aprendizes e o grupo acima da mediana correspondia a 44,8% dos jovens.

2.2.4 Procedimentos de coleta de dados

Na fase de análise de documentos e dados arquivísticos foram estudados os materiais didáticos e planos instrucionais do treinamento oferecido pela organização, com o intuito de construir o questionário de avaliação do impacto do treinamento no trabalho do jovem aprendiz. Outras fontes secundárias de dados foram consultadas, entre as quais censos e relatórios governamentais, visando identificar indicadores de vulnerabilidade social dos participantes deste estudo.

A coleta de dados primários foi realizada por meio de questionário impresso, preenchido pelos Jovens Aprendizes lotados na Sede da Rede Pró Aprendiz em Brasília, em treinamento nos MP e ME, durante os períodos matutino (08h30) e vespertino (13h30) com a autorização do

Instrutor. Os pesquisadores foram responsáveis pela orientação e aplicação coletiva dos questionários. A participação na pesquisa foi voluntária e isenta de recompensas.

Os participantes foram antecipadamente informados sobre os objetivos de pesquisa, sobre o sigilo, a confidencialidade, o agrupamento dos dados sem identificação e isenção de perda de benefícios ou penalidades perante recusa em participar. Além disso, dois termos foram coletados: Termo de Assentimento do Jovem Aprendiz (Anexo 1) e Termos de Consentimento Livre e Esclarecido aos Responsáveis (Anexo 2). O projeto de pesquisa passou por aprovação prévia junto ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Faculdade de Saúde da UnB (Anexo 4).

2.2.5 Procedimento de análise de dados

Para a tabulação e análise, as respostas dos participantes aos questionários impressos foram digitadas no *software* estatístico SPSS v21.0, e na sequência, foram submetidos a análises estatísticas descritivas e exploratórias (médias aritméticas, desvios padrões, valores mínimos e máximos e frequências absolutas e percentuais), visando verificar a ocorrência de erros de digitação, dados omissos e extremos, bem como subsidiar a análise de pressupostos relacionados aos testes inferenciais.

Optou-se por retirar do arquivo de dados os casos omissos (não ultrapassou 5%) e a partir da distância de *Mahalanobis* ($\alpha = 0,005$), os casos extremos multivariados foram identificados (46 casos) e deletados. A quantidade de *casos extremos* univariados foi detectada após cálculo do escore *Z* e não ultrapassou 2% por item, por isso foram mantidos no arquivo de dados.

Para busca de evidências de validade da escala utilizada, realizou-se Análise Fatorial Exploratória, iniciando pelo método de análise dos componentes principais (PC) sem rotação,

que apresentou índice moderado de adequação da amostra ($KMO = 0,74$) conforme Kaiser (1974).

Para a identificação do número de fatores foram verificados os critérios de: autovalores iniciais (*Eigenvalues*), análise do *screeplot* e análise paralela de Horn (1965).

Para determinar a quantidade de fatores para extração, optou-se pela técnica de fatoração dos eixos principais (PAF), utilizando método *Promax* de rotação, supondo correlação entre os fatores, e tratamento *listwise* para casos omissos. Utilizou-se como critério para composição de fatores, apenas itens com cargas fatoriais iguais ou superiores a 0,30 e comunalidades com valores não extremos (0 – 1), como sugere Laros (2012). Diante disso, após a retirada de três itens complexos da matriz de variáveis (Item1, Item7, Item16), foi realizada uma nova análise de componentes principais, sem rotação, que resultou: (1) no índice de adequação da amostra moderado ($KMO = 0,75$); (2) autovalores iniciais (*Eigenvalues*) indicando 5 componentes que explicavam 53,9% da variância das respostas dos participantes aos itens do instrumento; *screeplot* e análise paralela de Horn (1965) sugerindo a existência de apenas 2 fatores. Utilizou-se novamente PAF com método de rotação *promax* e análise de consistência interna (*Alpha* de Cronbach) das escalas.

Os escores fatoriais foram calculados utilizando-se a média aritmética das respostas numéricas dos participantes aos itens das escalas.

As demais variáveis estudadas foram: gênero (1= feminino 2= masculino); idade (em anos); escolaridade (1= ensino fundamental, 2= ensino médio, 3= ensino superior); local de trabalho (pública, privada e mista); tempo de aprendizagem (definida como mediana da quantidade de dias que o jovem aprendiz ingressou no trabalho); Região Administrativa, Índice

de Desenvolvimento Humano (índice de renda, educação e longevidade) e Taxa de homicídio (por 100 mil habitantes) onde reside o jovem aprendiz.

De acordo com os pressupostos de linearidade e normalidade verificados, decidiu-se por calcular correlações paramétricas (Pearson) entre as variáveis de avaliação de impacto (Média do Fator 1=Habilidade e atitudes e média do Fator 2=Visão de futuro e liderança) e a variável antecedente de gênero. Diante do não cumprimento dos pressupostos para as variáveis antecedentes de Índice de Desenvolvimento Humano, tempo de aprendizagem, taxa de homicídio e idade, optou-se por calcular correlações não-paramétricas (Spearman). Além disso, testes *t* de diferenças entre médias foram realizados com as variáveis de gênero, idade, tempo de contrato de aprendizagem, escolaridade, tipo de organização (mista, pública e privada).

2.3 Resultados

Os resultados apresentados nesta seção descrevem o contexto de vulnerabilidade social do jovem aprendiz a partir de indicadores de risco social, a estrutura empírica das escalas de autoavaliação de impacto do treinamento no trabalho dos jovens aprendizes, assim como as correlações entre variáveis sociodemográficas, indicadores de vulnerabilidade social e impacto do treinamento no trabalho, conforme objetivos desta pesquisa.

2.3.1 Contexto de vulnerabilidade social do jovem aprendiz

Como primeiro aspecto de Vulnerabilidade Social, está o requisito de entrada do jovem no programa, que contempla jovens das classes C2 e DE que, segundo a Abep (2014), são as classes mais baixas da classificação econômica brasileira, caracterizada por uma renda média familiar de R\$1.446,24 e R\$639,78, respectivamente.

Para a descrição dos contextos em que se inserem os participantes da pesquisa, foram investigados: índice de desenvolvimento humano – IDH, que avalia renda, educação e longevidade de uma população; taxas de homicídio e de renda familiar das Regiões Administrativas/Entorno em que os jovens residem.

Observa-se que 73,3% dos jovens residiam em regiões com taxas extremas de homicídio (maior do que 30 homicídios por 100 mil habitantes), de acordo com índice da ONU (2012). Com relação ao IDH das Regiões Administrativas/Entorno, 44,1% dos jovens residiam em regiões classificadas com um índice “muito baixo” de desenvolvimento humano (0 – 0,499), conforme Tabela 2.

Tabela 2

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da RIDE-DF

	Frequência	%
Muito baixo (0 a 0,499)	124	44,1
Baixo (0,5 a 0,599)	61	21,7
Médio (0,6 a 0,699)	79	28,1
Muito alto (0,8 a 1,0)	17	6

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento de 2010 (PNUD)

2.3.2 Estrutura empírica das escalas de impacto do treinamento no trabalho

Para a identificação do número de fatores foram verificados os critérios de: autovalores iniciais (*Eigenvalues*), os quais mostraram 6 componentes que explicavam 53,47% da variância das respostas dos participantes aos itens do questionário, análise do *screeplot*, análise paralela de Horn (1965), no qual observou-se a existência de apenas 2 fatores.

Foram extraídos dois fatores que explicaram em conjunto 21,75% da variância total das respostas numéricas dos participantes aos itens do questionário de avaliação de impacto do treinamento no trabalho, sendo a estrutura bifatorial a melhor solução encontrada por meio da fatoração dos eixos principais (PAF) e do método *Promax* de rotação adotado neste estudo, uma vez que os dois fatores são correlacionados entre si ($r = 0,368$ $p < 0,01$). A Tabela 3 mostra a estrutura empírica das duas escalas, as cargas fatoriais, as comunalidades, alphas de cronbach, médias fatoriais e desvio padrões.

Tabela 3

Resultados da Análise Fatorial Exploratória com todos os itens da Escala de autoavaliação de impacto do treinamento no trabalho

Itens	Fatores		
	H2	F1	F2
HA1 Ofereço ajuda a colegas que estão com dificuldades em alguma atividade.	0,502	0,70	
HA2 Explico as tarefas a outros colegas quando é necessário.	0,333	0,57	
HA3 Sou responsável com minhas tarefas.	0,255	0,50	
HA4 Demonstro interesse em ajudar as pessoas quando pedem.	0,206	0,48	
HA5 Eu busco perguntar, quando não entendo uma atividade, para ter certeza se aprendi.	0,134	0,35	
HA6 Eu me preocupo em saber se o que falei para alguém ficou claro.	0,165	0,35	
HA7 Busco me aproximar daquela pessoa que vejo excluída e integro-a no meu grupo.	0,120	0,34	
HA8 Eu respeito os limites e capacidades de outras pessoas.	0,094	0,40	
VF1 Eu costumo avaliar como estará minha situação profissional ao final do programa.	0,258		0,51
VF2 Eu consigo fazer com que minhas ideias sejam escutadas em um grupo que faço parte	0,257		0,51
VF3 Eu consigo liderar os grupos que pertencço e sou reconhecido por isso.	0,234		0,48
VF4 Me interessa em realizar com sucesso alguma coisa de grande importância.	0,226		0,45
VF5 Eu tenho a rotina de agendar meus compromissos diariamente.	0,207		0,45
VF6 Acredito que quando traçamos objetivos e elaboramos um planejamento, isso pode ter consequências positivas para minha carreira.	0,135		0,36
VF7 Eu me preocupo com o futuro do meio ambiente conversando com meus colegas sobre isso.	0,113		0,30
Número de itens		8	7
Médias fatoriais		3,33	3,18
Desvios padrões		0,38	0,39
Alpha de Cronbach		0,67	0,62
% de variância total explicada		21,75	

Nota. Escala de respostas do tipo Likert, de 4 pontos (1 = nunca; 4 = sempre).

Legenda: HA: Habilidades e atitudes de interação no trabalho e VF: Visão de futuro e liderança

O Fator 1, denominado Habilidades e Atitudes de interação no trabalho (HA), é composto por 8 itens com cargas fatoriais variando de 0,30 a 0,70 ($\alpha = 0,67$). Os itens referem-se à autoavaliação de atitudes e habilidades que favorecem o relacionamento do aprendiz com outras pessoas no trabalho e seu interesse em ajudar e cooperar.

O Fator 2, Visão de Futuro e liderança (VF), reuniu um total de 7 itens com cargas fatoriais variando de 0,30 a 0,51 ($\alpha = 0,60$), que se referem ao planejamento do futuro, à capacidade do aprendiz de traçar objetivos, administrar o tempo, cumprir compromissos, aspirar resultados de grande importância por meio do trabalho e habilidade de liderança.

Os resultados mostraram que as médias fatoriais de autoavaliação dos jovens sobre o impacto do treinamento sobre o desempenho no trabalho habilidades e atitudes nos dois fatores foram positivas e com desvios padrões pequenos (Fator 1: Habilidade e atitude de interação no trabalho, Média = 3,33, DP=0,383; Fator 2: Visão de futuro e liderança, Média 3,19, DP=0,387), em uma escala de 1 (um) a 4 (quatro) pontos.

2.3.3 Relacionamento entre variáveis

Os resultados mostraram pequena variabilidade da amostra no que diz respeito à idade (75% são jovens entre 15 e 16 anos), escolaridade (83,4% estão no ensino médio) e tipo de empresa onde trabalham (80% trabalham em órgãos públicos), por isto, optou-se excluí-las das comparações entre médias.

Foram realizadas análises de correlação bivariada de Pearson entre as variáveis de avaliação de impacto do treinamento no trabalho, definidas como a média das respostas dos participantes ao Fator 1 = Habilidades e atitudes de interação no trabalho e média das respostas

aos itens do Fator 2 = Visão de futuro e liderança. resultados mostraram um correlação baixa entre as duas variáveis. ($r = 0,375$, $p=0,001$).

Os resultados dos testes de correlação não-paramétrica de Spearman entre as variáveis de avaliação de impacto do treinamento no trabalho (Média do Fator 1=Habilidades e atitudes de interação no trabalho e média do Fator 2=Visão de futuro e liderança) e as variáveis: Índice de Desenvolvimento Humano, taxa de homicídio, tempo desde o contrato de aprendizagem do jovem com a organização até a data da coleta de dados e idade mostraram que não há correlações estatisticamente significativas entre essas variáveis. A Tabela 4 mostra esses resultados.

Tabela 4

Correlações de Spearman

Correlação	<i>Rho</i>	Sig (1 extremidade)
Habilidade e atitude de interação no trabalho x tempo de aprendizagem	0,045	0,455
Habilidade e atitude de interação no trabalho x taxa de homicídio	-0,080	0,179
Habilidade e atitude de interação no trabalho x IDH	0,002	0,979
Habilidade e atitude de interação no trabalho x idade	0,034	0,565
Visão de futuro e liderança x idade	-0,029	0,625
Visão de futuro e liderança x IDH	0,054	0,370
Visão de futuro e liderança x taxa de homicídio	-0,087	0,146
Visão de futuro e liderança x tempo de aprendizagem	0,027	0,653

Foram comparadas médias dos dois fatores de avaliação de impacto do treinamento no trabalho com variáveis sociodemográficas dos participantes, após por meio do teste T^2 de Hotelling, a fim de se reduzir o erro de tipo I, pressupondo que, por mais que foram construídos dois fatores a partir da análise fatorial, tais fatores partem de um mesmo constructo.

A partir do cumprimento do pressuposto de homogeneidade de variância, foram comparadas as médias dos fatores de impacto nos grupos formados pelas variáveis: tempo de contrato de aprendizagem utilizando teste T^2 de Hotelling. Não foi encontrada diferença significativa entre jovens com contratos mais recentes (até a mediana de 370 dias) e os mais antigos (mais que 370 dias). Para a variável gênero (masculino e feminino) houve diferença significativa, indicando que as mulheres ($M=3,39$, $DP=0,36$) obtiveram médias maiores para a Escala de Habilidade e atitude de interação no trabalho ($t=2,85$, $p=0,018$) do que os homens ($M=3,26$, $DP= 0,40$).

Para a variável gênero (masculino e feminino) houve diferença significativa em que as mulheres ($M=3,39$, $DP=0,36$) obtiveram médias maiores para a Escala de Habilidade e atitude de interação no trabalho ($T^2=1,163$, $F=8,12$, $p=0,005$) do que os homens ($M=3,26$, $DP= 0,40$).

2.4 Discussão

Neste estudo, avaliou-se o impacto de treinamento no trabalho de jovens aprendizes a partir de uma escala construída para este fim. Além disso, buscou-se estabelecer indicadores que determinassem a condição de vulnerabilidade social dos participantes (IDH e taxa de homicídio das regiões em que residiam), assim como, analisar o relacionamento entre as variáveis sociodemográficas, de impacto do treinamento no trabalho e de vulnerabilidade social. De modo geral, os objetivos foram atingidos e são descritos a seguir.

Com relação aos indicadores que determinam a situação de vulnerabilidade social do jovem aprendiz, pode-se dizer que o pré-requisito de condição econômica C2 e DE para participação do jovem no programa, as taxas de homicídio e Índice de Desenvolvimento Humano

das Regiões Administrativas em que os jovens residem indicam a situação de vulnerabilidade social em que os participantes do atual estudo vivem (Albarrán & Taracena-Ruiz, 2012; Moser, 1998). Além desses problemas, esses jovens tornam-se vulneráveis pelas condições precárias de moradia, muitas vezes residindo em áreas de terra batida, pouca estrutura de saneamento básico e asfalto, e longe de hospitais, condições dos transportes públicos do entorno do Distrito Federal, que os obrigam a tomar mais de um ônibus para chegar ao local de treinamento (Lachtim & Soares, 2009; Sartori, Henrique, & Garcia, 2012).

Alguns residem em regiões não asfaltadas e que, muitas vezes, sofrem de alagamentos e enchentes em temporadas de chuva. Além disso, são vítimas de um sistema de saúde público com limitações (Assis, Avanci, Pesce, & Ximenes, 2009), uma segurança pública insuficiente, sendo exposto a situações de drogadição e violência (Raupp & Milnitsky-Sapiro, 2005; Sartori et al., 2012).

Apesar dos esforços empreendidos neste estudo, não foi possível localizar informações detalhadas sobre condições de risco específicas dos locais onde residiam os jovens aprendizes. O aprofundamento do estudo sobre VS desses jovens requer mais pesquisas que incluam mais indicadores de VS, bem como a percepção dos jovens aprendizes sobre estudar e trabalhar ou se a comunidade ao qual pertence possui condições de mitigar estes riscos. Portanto, são necessários mais estudos para que sejam avaliadas a percepção e a consciência do jovem sobre aspectos oriundos da vulnerabilidade social a que estão expostos, assim como suas capacidades e as de comunidades que os rodeiam, de enfrentar e superar o que os vulnerabilizam.

Sugere-se a construção e a validação de instrumentos capazes de avaliar a percepção dos indivíduos sobre vulnerabilidade social, nas seguintes três dimensões de conteúdo a saber: (1) percepção dos indivíduos sobre fatores de riscos presentes nos contextos em que se inserem

(condições, restrições, mudanças); (2) percepções dos indivíduos sobre as próprias capacidades, sentimentos e habilidades de enfrentamento de situações adversas, de adaptação e de superação diante de perdas ou mudanças relevantes em suas vidas e (3) percepções de indivíduos sobre a capacidade e os recursos disponíveis no grupo, comunidade e governo para o enfrentamento do problema, redução de danos, superação do sofrimento e retomada do bem-estar e da qualidade de vida. O uso desse tipo de instrumento possibilitará o aprimoramento dos projetos de aprendizagem e os de enfrentamento de Vulnerabilidade Social pelos jovens e suas comunidades.

No que diz respeito ao instrumento de avaliação de impacto de treinamento no trabalho de jovens aprendizes, sua construção justificou-se em função de não terem sido encontrados na literatura (1) estudos que relacionassem aprendizagem de jovens trabalhadores impacto de treinamento no trabalho de jovens, (2) estudos contendo instrumentos aplicados em jovens aprendizes em situação de vulnerabilidade social e (3) pesquisas que avaliassem a qualidade do treinamento profissionalizante deste tipo de programa de aprendizagem no nível do impacto do treinamento no trabalho no trabalho de jovens. De acordo com Zerbini et al. (2012) para que sejam atendidas as exigências do mercado de trabalho, é necessário garantir que os conhecimentos, habilidades e atitudes de um treinamento sejam adquiridos e ainda se tornem ações frente a uma demanda organizacional.

Para a construção dos itens, buscou-se seguir as recomendações de Abbad et al. (2012); Zerbini et al. (2012), que sugerem a construção de itens de avaliação de impacto a partir da análise de documentos da organização, do material didático e entrevistas com pessoas responsáveis pelo treinamento e egressos para validação do conteúdo do questionário de acordo com os temas abordados no primeiro módulo do curso. Contudo, o questionário, apesar de promissor, não alcançou bons índices de qualidade psicométrica, indicando a necessidade de

acréscimo de mais itens para aumentar a porcentagem de variância total explicada pelos fatores, aperfeiçoamento do questionário mediante validação semântica com amostra de jovens aprendizes e uma nova avaliação do instrumento por juízes de moa a analisar a consistência, pertinência teórica e prática dos itens do questionário de avaliação de impacto do treinamento no trabalho de jovens aprendizes. Além disso, pode-se observar que as médias de respostas dos fatores Habilidade e atitude de interação no trabalho e Visão de futuro e liderança, foram altas e muito favoráveis, com pouca variabilidade, o que pode ter ocorrido em função da desajustabilidade social e da necessidade de avaliar positivamente um programa que oportuniza condições de melhoria de qualidade de vida e profissionalização, algo muito valioso para o aprendiz

Outro aspecto que deve ser considerado são as características do perfil dos participantes da amostra, pois havia pouca variação de idade, escolaridade e tipo de organização em que trabalhavam, devido aos próprios critérios do programa. Diante disto, sugere-se que o questionário, após revisão e nova busca de evidências de validade, seja aplicado em outros contextos e em amostras mais heterogêneas de jovens aprendizes (Frenzel & Bardagi, 2014), visando à realização de análises fatoriais confirmatórias. Por fim, a quantidade de fatores escolhida teve pertinência empírica, ajustou-se razoavelmente aos dados; tratando-se de um instrumento promissor, que necessita, entretanto de aprimoramento para aplicações futuras.

Como contribuição, a escala proposta possibilitará à organização a incorporação de um instrumento de avaliação de desempenho do jovem aprendiz no trabalho. Além disso, pré-testes e pós-testes poderão ser realizados visando comparar a aprendizagem de conhecimentos, habilidades e atitudes dos jovens no início do contrato de aprendizagem e em outros momentos do programa (Zerbini et al., 2012).

Como limitações, a escala buscou avaliar impacto de treinamento no trabalho por meio da autoavaliação, podendo produzir viés de resposta devido à desejabilidade social. Por isso, sugere-se que heteroavaliações sejam realizadas pelo coordenador do jovem aprendiz no estágio e também pelo instrutor direto em sala de aula, com o objetivo de complementar a avaliação do impacto de treinamento no trabalho do jovem aprendiz (Meneses & Abbad, 2003). Assim como a escala de heteroavaliação de impacto, em futuros estudos, é recomendável o uso de escala de suporte à transferência, que avalia o apoio recebido pelo jovem para aplicar no trabalho os conhecimentos, habilidades e atitudes, adquiridos no treinamento. Conforme estudos Abbad et al.(2006), Bastos (2012), Oliveira (2009) e Yotamo (2014), confirmam que suporte é uma das variáveis que mais prediz impacto no trabalho. É importante observar se suporte oferece melhor desempenho de jovens aprendizes no trabalho, como referido em outros estudos (Bastos, 2012; Homklin et al., 2013; Hutchins, 2008).

Como limitações sobre o uso de indicadores de vulnerabilidade social, este estudo utilizou como medida o índice de desenvolvimento humano e taxa de homicídio das regiões em que os jovens residem. Pode-se dizer que essas variáveis não foram sensíveis e não apresentaram relação com o impacto do treinamento no trabalho do jovem. Uma outra limitação diz respeito à escala utilizada que possui habilidades as quais comprometem a média de possíveis avaliações dos fatores. É possível que a baixa variabilidade e o predomínio de alta média de respostas no questionário de impacto do treinamento no trabalho tenha ocorrido em fator de desejabilidade social e receio de serem prejudicados com punições ou represálias por emitir opiniões desfavoráveis sobre o curso, mesmo tendo deixado claro pela pesquisadora no assentimento assinado pelo jovem que punições não ocorreriam.

Para futuras agendas de pesquisa, recomenda-se a realização de MANOVAs e MANCOVAs para se verificar o efeito das variáveis de impacto nas variáveis sociodemográficas e de vulnerabilidade social. Pode-se utilizar as variáveis: tempo de aprendizagem, taxa de homicídio, índice de desenvolvimento humano, Habilidade e atitude de interação no trabalho, gênero e visão de futuro e liderança. Sugere-se também a realização de análise fatorial não paramétrica visando testar a replicabilidade da estrutura empírica das escalas por meio de duas subamostras escolhidas aleatoriamente dos 281 casos válidos contidos no arquivo de dados SPSS. Além disso, recomenda-se que outras variáveis como evasão, rendimento escolar e construção de escalas de VS sejam acrescentadas ao estudo de impacto do treinamento no desempenho do jovem aprendiz no trabalho. Além disto, sugerem-se estudos qualitativos de acompanhamento do aprendiz durante participação no treinamento além de aplicações de pré e pós-testes de aprendizagem e de impacto do curso no trabalho, de modo a aumentar a validade interna de estudos com jovens aprendizes em situação de vulnerabilidade social.

2.5 Referências Bibliográficas

- Abbad, G. S., Borges-Andrade, J. E., Sallorenzo, L. H., Gamas, A. L. G., & Morandine, D. (2001). Projeto instrucional, aprendizagem, satisfação com o treinamento e auto-avaliação de impacto do treinamento no trabalho. *Revista Psicologia: Organizações E Trabalho* *Revista Psicologia: Organizações E Trabalho*, 1(2), 129–161.
- Abbad, G. S., Sallorenzo, L. H., Coelho Junior, F. A., Zerbini, T., Vasconcelos, L., & Todeschini, K. (2012). Suporte à transferência de treinamento e suporte à aprendizagem. In R. V.-B. (Orgs. . G. Abbad, L. Mourão, P. P. M. Meneses, T. Zerbini, J. E. Borges-Andrade

- (Ed.), *Medidas de avaliação em treinamento, desenvolvimento e educação* (pp. 244–2633).
Porto Alegre: Artmed.
- Abbad, G. S., Zerbini, T., Carvalho, R., & Meneses, P. P. M. (2006). *Planejamento instrucional em TD&E*. (J. E. Borges-Andrade, G. Abbad, & L. Mourão, Eds.) (Treinament). Porto Alegre: Artmed.
- Abep. (2014). *Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa*. Fonte: <http://www.abep.org/criterio-brasil>
- Albarrán, G., & Taracena-Ruiz, B. E. (2012). Análisis de implicación de educadores de niños y niñas en riesgo de calle: el trabajo en una organización de asistencia social en la Ciudad de México. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez Y Juventud*, 10 (2), 957–970.
- Assis, S. G. de, Avanci, J. Q., Pesce, R. P., & Ximenes, L. F. (2009). Situação de crianças e adolescentes brasileiros em relação à saúde mental e à violência. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(2), 349–361. <http://doi.org/10.1590/S1413-81232009000200002>
- Bastos, L. F. L. (2012). *Avaliação da reação, aprendizagem e impacto de treinamento em um hospital do município de São Paulo. dissertação de mestrado*. Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Belluzzo, L., & Victorino, R. D. C. (2004). A juventude nos caminhos da ação pública. *São Paulo Em Perspectiva*, 18(4), 8–19. <http://doi.org/10.1590/S0102-88392004000400003>
- Brasil. (2000). Lei Ordinária nº 10.097/2000. Em *Diário Oficial - República Federativa do Brasil: Poder Legislativo*. Brasília.
- Cossio, M. L. T., Giesen, L. F., Araya, G., Pérez-Cotapos, M. L. S., VERGARA, R. L., Manca, M., ... Héritier, F. (2012). *A Crise do Emprego Jovem: Tempo de Agir. Uma ética para quantos?* (Vol. XXXIII). <http://doi.org/10.1007/s13398-014-0173-7.2>
- Cromwell, S. E., & Kolb, J. A. (2004). An Examination of Work-Environment Support Factors Affecting Transfer of Supervisory Skills Training to the Workplace. *Human Resource*

Development Quarterly, 15(4), 449–471.

Dias, M. D. do A. (2014). Jovens trabalhadoras e o sofrimento ético-político. *Psicologia & Sociedade*, 26(2), 93–102. Retrieved from <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v26nspe2/a10v26nspe2.pdf>

Fischer, F. M., Martins, I. S., Oliveira, D. C., Teixeira, L. R., Latorre, R. D., & Cooper, S. P. (2003). Occupational accidents among middle and high school students of the state of São Paulo, Brazil. *Acidentes do trabalho em estudantes do ensino fundamental e médio do Estado de São Paulo*, 37(3), 351–356.

Frenzel, H. de S., & Bardagi, M. P. (2014). Adolescentes trabalhadores brasileiros: um breve estudo bibliométrico. *Revista Psicologia: Organizações E Trabalho*, 14(1), 79–88. Retrieved from <http://submission-pepsic.scielo.br/index.php/rpot/index>

Homklin, T., Takahashi, Y., & Techakanont, K. (2013). Effects of Individual and Work Environment Characteristics on Training Effectiveness: Evidence from Skill Certification System for Automotive Industry in Thailand. *International Business Research*, 6(12), 1–16. <http://doi.org/10.5539/ibr.v6n12p1>

Horn, J. L. (1965). A rationale and test for the number of factors in factor analysis. *Psychometrika*, 30(2), 179–185. <http://doi.org/10.1007/BF02289447>

Hutchins, H. M. (2008). In the trainer's voice: a study of training transfer practices. *Performance Improvement Quarterly*, 22(1), 69–93. <http://doi.org/10.1002/piq>

Kaiser, H. F. (1974). An index of factorial simplicity. *Psychometrika*, 39(1), 31–36. <http://doi.org/10.1007/BF02291575>

Lacerda, É. R. M., & Abbad, G. S. (2003). Impacto do treinamento no trabalho: investigando variáveis motivacionais e organizacionais como suas preditoras. *Revista de Administração*

- Contemporânea*, 7(4), 77–96. <http://doi.org/10.1590/S1415-65552003000400005>
- Lachtim, S. A. F., & Soares, C. B. (2009). Trabalho de jovens estudantes de uma escola pública: fortalecimento ou desgaste? *Revista Brasileira de Enfermagem*, 62(2), 179–186. <http://doi.org/10.1590/S0034-71672009000200002>
- Laros, J. A. (2012). O Uso da Análise Fatorial: Algumas Diretrizes para Pesquisadores. In Pasquali, L. (Ed.), *Análise fatorial para pesquisadores*. Brasília: LabPAM.
- Ma, C.-C., & Chang, H.-P. (2013). Training Transfer in the Taiwanese Hotel Industry: Factors and Outcomes. *Social Behavior and Personality*, 41(5), 761–776. <http://doi.org/10.2224/sbp.2013.41.5.761>
- Mattos, E. de, & Chaves, A. M. (2010). Trabalho e escola: é possível conciliar? A perspectiva de jovens aprendizes baianos. *Psicologia: Ciência E Profissão*, 30(3), 540–555. <http://doi.org/10.1590/S1414-98932010000300008>
- Meneses, P. P. M., & Abbad, G. S. (2003). Preditores Individuais e Situacionais de Auto e Heteroavaliação de Impacto do Treinamento no Trabalho. *Revista de Administração Contemporânea - RAC, Edição Esp*, 185–204. <http://doi.org/10.1590/S1415-65552003000500010>
- Moser, C. O. N. (1998). The asset vulnerability framework: reassessing urban poverty reduction strategies. *World Development*, 26(1), 1–19.
- Oliveira, F. S. de N. (2009). *Avaliação de efetividade de um curso de desenvolvimento de competências gerenciais*. Universidade de Brasília, DF, Brasil. Retrieved from <http://repositorio.unb.br/handle/10482/8434>
- Pereira, S. C. M. (2009). *Avaliação, com base em modelo lógico, de efeitos de um treinamento estratégico no desempenho de egressos e da organização*. Dissertação. Universidade de

Brasília, DF, Brasil. Retrieved from <http://repositorio.unb.br/handle/10482/4688>

- Pham, N. T. P., Segers, M. S. R., & Gijssels, W. H. (2013). Effects of work environment on transfer of training: Empirical evidence from Master of Business Administration programs in Vietnam. *International Journal of Training and Development*, 17(1), 1–19. <http://doi.org/10.1111/j.1468-2419.2012.00417.x>
- Raupp, L., & Milnitsky-Sapiro, C. (2005). Reflexões sobre concepções e práticas contemporâneas das políticas públicas para adolescentes : o caso da drogadição. *Saude E Sociedade*, 14(2), 60–68. <http://doi.org/10.1590/S0104-12902005000200007>
- Rowold, J. (2007). Individual influences on knowledge acquisition in a call center training context in Germany. *International Journal of Training and Development*, 11(1), 21–34.
- Sales, M. S. (2014). O processo de constituição da identidade na adolescência: trabalho, classe e gênero. *Psicologia & Sociedade*, 26(spe), 161–171. <http://doi.org/10.1590/S0102-71822014000500017>
- Santos, A. B. dos S. (2012). *Avaliação de impacto de um treinamento introdutório sobre o desempenho de egressos*. Universidade de Brasília, DF, Brasil.
- Sartori, E., Henrique, C., & Garcia, M. (2012). Políticas compensatórias versus emancipatórias : desafios para implementação de programas de geração de renda às famílias em situação de risco, 46(2), 425–452.
- Silva, M. E. Da. (2006). Relações entre impacto do treinamento no trabalho e estratégia empresarial: o caso da Eletronorte. *Revista de Administração Contemporânea*, 10(3), 91–110. <http://doi.org/10.1590/S1415-65552006000300006>
- Sousa, H. de, Frozzi, D., & Bardagi, M. P. (2013). Percepção de adolescentes aprendizes sobre a experiência do primeiro emprego. *Psicologia: Ciência E Profissão*, 33(4), 918–933.

<http://doi.org/10.1590/S1414-98932013000400011>

Natural Hazards, 63(2), 823–843.

Yotamo, C. J. (2014). *Avaliação de impacto de treinamento no desempenho de servidores públicos de Sofala em Moçambique*. Universidade de Brasília, DF, Brasil. Retrieved from <http://repositorio.unb.br/handle/10482/15598>

Zerbini, T., & Abbad, G. S. (2010). Transferência de Treinamento e Impacto do Treinamento no Trabalho: Análise Crítica da Literatura. *Revista Psicologia: Organizações E Trabalho*, 10(2), 97–111.

Zerbini, T., Coelho Junior, F. A., Abbad, G. S., Mourão, L., Alvim, S., & Loiola, E. (2012). Transferência de treinamento e impacto do treinamento no trabalho em profundidade. In R. V.-B. (Orgs. . Abbad, L. Mourão, P. P. M. Meneses, T. Zerbini, J. E. Borges-Andrade (Ed.), *Medidas De Avaliação Em Treinamento* (pp. 127–144). Porto Alegre: Artmed.

Considerações finais

Esta pesquisa apresentou como objetivo geral avaliar o impacto do treinamento do programa de aprendizagem no desempenho no trabalho de jovens aprendizes em situação de vulnerabilidade social. Como principais objetivos específicos, buscou-se: 1) identificar o atual cenário nacional e internacional de produção científica sobre o conceito e medidas de avaliação da Vulnerabilidade Social (VS); 2) descrever o contexto de Vulnerabilidade Social e inserção do programa de aprendizagem no Brasil e estudos realizados na área; 3) construir e validar uma medida para avaliar impacto de treinamento de Jovens Aprendizes no trabalho; 4) realizar análise de relacionamentos entre variáveis sociodemográficas e de vulnerabilidade social e impacto do treinamento no trabalho dos jovens aprendizes.

No Estudo 1, realizou-se uma revisão sistemática da literatura científica nacional e internacional sobre o conceito de Vulnerabilidade Social e seus instrumentos de medida. Diante dos resultados, nota-se que a VS é pouco estudada em psicologia e estão, em fase incipiente, as discussões sobre instrumentos de medida no nível do indivíduo. Ainda não há esforço de elaboração de um modelo teórico de investigação capaz de propor dimensões comuns do conceito de VS que poderiam servir de base para a construção de instrumentos válidos e comparáveis, mesmo quando variam os contextos e os perfis dos participantes. Além disso, ressalta-se a importância de produção científica aplicada à busca de soluções para redução de danos, e a melhoria das condições de vida e do bem-estar de pessoas em situação de VS.

No Estudo 2, buscou-se construir uma Avaliação de impacto do treinamento no trabalho de jovens aprendizes em uma situação de vulnerabilidade social. Dentre as etapas principais deste estudo, destacou-se o processo de construção do instrumento de avaliação de impacto de treinamento, tendo como referência o plano instrucional e diretrizes pedagógicas do programa

estudado. Diante dos resultados, percebe-se que os pré-requisitos do programa, o índice de desenvolvimento humano e taxas de homicídio das Regiões Administrativas em que os jovens residem, explicam satisfatoriamente a situação de Vulnerabilidade Social em que os jovens estão vitimados. Contudo, é importante verificar aspectos psicológicos para que sejam avaliados a percepção do jovem sobre a vulnerabilidade social que os rodeiam.

No que se refere a contribuições teóricas, esta pesquisa colabora com os estudos sobre treinamento de jovens aprendizes no Brasil, além disso, encontra-se evidências de estudos preliminares sobre instrumentos de vulnerabilidade social e a forma como esta variável influencia na transferência de aprendizagem. Por fim, os resultados permitiram esclarecer a importância de campos de estudos referente ao público de jovens trabalhadores em situação de vulnerabilidade social por remeter a uma condição real da população brasileira.

Sugere-se novos estudos buscando dados sobre suporte familiar, suporte no trabalho, notas escolares, evasão do treinamento e escolar durante o contrato de aprendizado afim de se analisar outros aspectos que podem influenciar no impacto do treinamento e que não foram avaliadas nesta pesquisa.

Referências Bibliográficas

- Abbad, G. S., Borges-Andrade, J. E., Sallorenzo, L. H., Gamas, A. L. G., & Morandine, D. (2001). Projeto instrucional, aprendizagem, satisfação com o treinamento e auto-avaliação de impacto do treinamento no trabalho. *Revista Psicologia: Organizações E Trabalho*, *1*(2), 129–161.
- Abbad, G. S., Sallorenzo, L. H., Coelho Junior, F. A., Zerbini, T., Vasconcelos, L., & Todeschini, K. (2012). Suporte à transferência de treinamento e suporte à aprendizagem. In R. V.-B. (Orgs. . G. Abbad, L. Mourão, P. P. M. Meneses, T. Zerbini, J. E. Borges-Andrade (Ed.), *Medidas de avaliação em treinamento, desenvolvimento e educação* (pp. 244–2633). Porto Alegre: Artmed.
- Abbad, G. S., Zerbini, T., Carvalho, R., & Meneses, P. P. M. (2006). *Planejamento instrucional em TD&E*. (J. E. Borges-Andrade, G. Abbad, & L. Mourão, Eds.) (Treinament). Porto Alegre: Artmed.
- Abep. (2014). *Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa*. Fonte: <http://www.abep.org/criterio-brasil>
- Abramovay, M., Castro, M. G., Pinheiro, L. de C., Lima, F. de S., & Martinelli, C. da C. (2002). Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas. *UNESCO, BID*. Retrieved from <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127138por.pdf>
- Albarrán, G., & Taracena-Ruiz, B. E. (2012). Análisis de implicación de educadores de niños y niñas en riesgo de calle: el trabajo en una organización de asistencia social en la Ciudad de México. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez Y Juventud*, *10* (2), 957–970.
- Amazarray, M. R., Thomé, L. D., Souza, A. P. L. De, Poletto, M., & Koller, S. H. (2009). Aprendiz versus trabalhador: adolescentes em processo de aprendizagem. *Psicologia:*

- Teoria E Pesquisa*, 25(3), 329–338. <http://doi.org/10.1590/S0102-37722009000300006>
- Andrade, L. De, Nihei, O. K., Pelloso, S. M., & Carvalho, M. D. B. De. (2012). Homicídios juvenis e informalidade em um município brasileiro da tríplice fronteira Brasil, Paraguai e Argentina. *Revista Panamericana de Salud Pública*, 31(5), 380–387.
<http://doi.org/10.1590/S1020-49892012000500005>
- Andrew, M. K., Fisk, J. D., & Rockwood, K. (2011). Social vulnerability and prefrontal cortical function in elderly people: a report from the Canadian Study of Health and Aging. *International Psychogeriatrics*, 23(03), 450–458.
- Andrew, M. K., Mitnitski, A. B., & Rockwood, K. (2008). Social vulnerability, frailty and mortality in elderly people. *PLoS ONE*, 3(5), e2232.
- Andrew, M. K., & Rockwood, K. (2010). Social vulnerability predicts cognitive decline in a prospective cohort of older Canadians. *Alzheimer's & Dementia*, 6(4), 319–325.e1.
- Areco, N. M., Matias, C. A., Silva, R. C. da, & Simon, C. P. (2011). Caracterização dos serviços que atendem adolescentes: interfaces entre saúde mental e drogadição. *Psicologia & Sociedade*, 23(1), 103–113.
- Assis, S. G. de, Avanci, J. Q., Pesce, R. P., & Ximenes, L. F. (2009). Situação de crianças e adolescentes brasileiros em relação à saúde mental e à violência. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(2), 349–361. <http://doi.org/10.1590/S1413-81232009000200002>
- Ayres, J. R. D. C. M., Freitas, A. C., Santos, M. A. S. dos, Saletti Filho, H. C., & França Júnior, I. (2003). Adolescência e aids: avaliação de uma experiência de educação preventiva entre pares. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 7(12), 123–138.
- Barata, R. B. (2008). Acesso e uso de serviços de saúde: considerações sobre os resultados da pesquisa de condições de vida 2006. *São Paulo Em Perspectiva*, 22(2), 19–29.

- Bastos, L. F. L. (2012). *Avaliação da reação, aprendizagem e impacto de treinamento em um hospital do município de São Paulo. dissertação de mestrado*. Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Belluzzo, L., & Victorino, R. D. C. (2004). A juventude nos caminhos da ação pública. *São Paulo Em Perspectiva*, 18(4), 8–19. <http://doi.org/10.1590/S0102-88392004000400003>
- Brasil. (2000). Lei Ordinária nº 10.097/2000. Em *Diário Oficial - República Federativa do Brasil: Poder Legislativo*. Brasília.
- Brasil. (2012). *Estatuto da criança e do adolescente : lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata. Edições Câmara*. Retrieved from http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm
- Brasil. (2014). *Índice de Vulnerabilidade Juvenil (IVJ) – Violência e Desigualdade Racial 2014*. Brasília. Retrieved from <http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002329/232972POR.pdf>
- Cadoná, M. A., & Góes, C. H. (2013). Juventude e trabalho: emprego e desemprego entre jovens no município de Santa Cruz do Sul (RS). *Barbaroi*, 39, 36–52. <http://doi.org/10.17058>
- Cartier, R., Barcellos, C., Hübner, C., & Porto, M. F. (2009). Vulnerabilidade social e risco ambiental: uma abordagem metodológica para avaliação de injustiça ambiental. *Cadernos de Saúde Pública*, 25(12), 2695–2704.
- Castro, A. M., Mardones, E. E., Ortiz, A. I., & Quiroga, F. E. (2013). Interacciones alumnos-profesor en contextos de vulnerabilidad respecto de la ocurrencia de episodios de violencia simbólica en clases de matemáticas. *Formación Universitaria*, 6(1), 29–40.
- Collado, M. de la C., & Rojas, I. B. (2010). Educational interventions targeted at minors in situations of grave social vulnerability and their families. *International Review of Education*, 56(4), 377–398.
- Combes, P., Gaillard, M.-C., Pellet, J., & Demongeot, J. (2004). A score for measurement of the

- role of social vulnerability in decisions on abortion. *European Journal of Obstetrics & Gynecology and Reproductive Biology*, 117(1), 93–101.
- Cossio, M. L. T., Giesen, L. F., Araya, G., Pérez-Cotapos, M. L. S., VERGARA, R. L., Manca, M., ... Héritier, F. (2012a). *A Crise do Emprego Jovem: Tempo de Agir. Uma ética para quantos?* (Vol. XXXIII). <http://doi.org/10.1007/s13398-014-0173-7.2>
- Cossio, M. L. T., Giesen, L. F., Araya, G., Pérez-Cotapos, M. L. S., VERGARA, R. L., Manca, M., ... Héritier, F. (2012b). *A Crise do Emprego Jovem: Tempo de Agir. Uma Ética Para Quantos?*, XXXIII(2), 81–87. <http://doi.org/10.1007/s13398-014-0173-7.2>
- Cromwell, S. E., & Kolb, J. A. (2004). An Examination of Work-Environment Support Factors Affecting Transfer of Supervisory Skills Training to the Workplace. *Human Resource Development Quarterly*, 15(4), 449–471.
- Cutter, S. L., & Finch, C. (2008). Temporal and spatial changes in social vulnerability to natural hazards. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 105(7), 2301–2306.
- Dias, M. D. do A. (2014). Jovens trabalhadoras e o sofrimento ético-político. *Psicologia & Sociedade*, 26(2), 93–102. Retrieved from <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v26nspe2/a10v26nspe2.pdf>
- Eduardo, L. de P., & Egry, E. Y. (2010). Estatuto da Criança e do Adolescente: a visão dos trabalhadores sobre sua prática. *Revista Da Associação Médica Brasileira*, 44(1), 18–24. <http://doi.org/10.1590/S0080-62342010000100003>
- Fekete, A., Damm, M., & Birkmann, J. (2010). Scales as a challenge for vulnerability assessment. *Natural Hazards*, 55(3), 729–747.
- Ferreira, R. A., Ferriani, M. das G. C., Mello, D. F., Carvalho, I. P., Cano, M. A., & Oliveira, L. A. de. (2012). Análise espacial da vulnerabilidade social da gravidez na adolescência.

Caderno de Saúde Pública. Rio de Janeiro: fevereiro, 2012.

FPC. (2015). *Relatório Anual ao Ministério Público*. Goiânia.

Fischer, A. P., Paveglio, T., Carroll, M., Murphy, D., & Brenkert-Smith, H. (2013). Assessing social vulnerability to climate change in human communities near public forests and grasslands: a framework for resource managers and planners. *Journal of Forestry*, *111*(5), 357–365.

Fischer, F. M., Martins, I. S., Oliveira, D. C., Teixeira, L. R., Latorre, R. D., & Cooper, S. P. (2003). Occupational accidents among middle and high school students of the state of São Paulo, Brazil. *Acidentes do trabalho em estudantes do ensino fundamental e médio do Estado de São Paulo*, *37*(3), 351–356.

Fischer, F. M., Oliveira, D. C., Teixeira, L. R., Teixeira, M. C. T. V., & Amaral, M. A. do. (2003). Efeitos do trabalho sobre a saúde de adolescentes. *Ciência & Saúde Coletiva*, *8*(4), 973–984. <http://doi.org/10.1590/S1413-81232003000400019>

Fonseca, L. S. (2010). Trabalho infanto-juvenil e formação humana: limites na potência ontológica e banalização do sujeito de direitos. *Trabalho, Educação E Saúde*, *8*(1), 137–153. <http://doi.org/10.1590/S1981-77462010000100008>

Frenzel, H. de S., & Bardagi, M. P. (2014). Adolescentes trabalhadores brasileiros: um breve estudo bibliométrico. *Revista Psicologia: Organizações E Trabalho*, *14*(1), 79–88. Retrieved from <http://submission-pepsic.scielo.br/index.php/rpot/index>

Gama, C. A. P. da, Campos, R. T. O., & Ferrer, A. L. (2014). Saúde mental e vulnerabilidade social: a direção do tratamento. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, *17*(1), 69–84.

Gonçalves, H., Menezes, A. M. B., Bacchieri, G., Dilélio, A. S., Bocanegra, C. A. D., Castilhos, E. D., ... Carvalho, S. (2012). Perfil de trabalho urbano de adolescentes de 14-15 anos: um

- estudo populacional no Sul do Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(5), 1267–1274.
<http://doi.org/10.1590/S1413-81232012000500020>
- Homklin, T., Takahashi, Y., & Techakanont, K. (2013). Effects of Individual and Work Environment Characteristics on Training Effectiveness: Evidence from Skill Certification System for Automotive Industry in Thailand. *International Business Research*, 6(12), 1–16.
<http://doi.org/10.5539/ibr.v6n12p1>
- Horn, J. L. (1965). A rationale and test for the number of factors in factor analysis. *Psychometrika*, 30(2), 179–185. <http://doi.org/10.1007/BF02289447>
- Huang, G., & London, J. (2012). Mapping cumulative environmental effects, social vulnerability, and health in the San Joaquin Valley, California. *American Journal of Public Health*, 102(5), 830–832.
- Hufschmidt, G. (2011). A comparative analysis of several vulnerability concepts. *Natural Hazards*, 58(2), 621–643.
- Hutchins, H. M. (2008). In the trainer's voice: a study of training transfer practices. *Performance Improvement Quarterly*, 22(1), 69–93. <http://doi.org/10.1002/piq>
- Jorge, K. O., Oliveira Filho, P. M., Ferreira, E. F., Oliveira, A. C., Vale, M. P., & Zarzar, P. M. (2012). Prevalence and association of dental injuries with socioeconomic conditions and alcohol/drug use in adolescents between 15 and 19 years of age. *Dental Traumatology*, 28(2), 136–141.
- Kaiser, H. F. (1974). An index of factorial simplicity. *Psychometrika*, 39(1), 31–36.
<http://doi.org/10.1007/BF02291575>
- Koli, A. (2013). Community forest management addressing social vulnerability of forest communities in Bangladesh. *International Forestry Review*, 15(3), 336–347.

- Kudlowicz, S., & Kafrouni, R. (2014). Gravidez na adolescência e construção de um projeto de vida. *Psico*, 45(2), 228. <http://doi.org/10.15448/1980-8623.2014.2.14282>
- Lacerda, É. R. M., & Abbad, G. S. (2003). Impacto do treinamento no trabalho: investigando variáveis motivacionais e organizacionais como suas preditoras. *Revista de Administração Contemporânea*, 7(4), 77–96. <http://doi.org/10.1590/S1415-65552003000400005>
- Lachtim, S. A. F., & Soares, C. B. (2009). Trabalho de jovens estudantes de uma escola pública: fortalecimento ou desgaste? *Revista Brasileira de Enfermagem*, 62(2), 179–186. <http://doi.org/10.1590/S0034-71672009000200002>
- Laros, J. A. (2012). O Uso da Análise Fatorial: Algumas Diretrizes para Pesquisadores. In Pasquali, L. (Ed.), *Análise fatorial para pesquisadores*. Brasília: LabPAM.
- Lino, V. T. S., Portela, M. C., Camacho, L. A. B., Atie, S., & Lima, M. J. B. (2013). Assessment of social support and its association to depression, self-perceived health and chronic diseases in elderly individuals residing in an area of poverty and social vulnerability in Rio de Janeiro City, Brazil. *PLoS ONE*, 8(8), e71712.
- Ma, C.-C., & Chang, H.-P. (2013). Training Transfer in the Taiwanese Hotel Industry: Factors and Outcomes. *Social Behavior and Personality*, 41(5), 761–776. <http://doi.org/10.2224/sbp.2013.41.5.761>
- Malvasi, P. A. (2008). ONGs, vulnerabilidade juvenil e reconhecimento cultural: eficácia simbólica e dilemas. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 12(26), 605–617.
- Martins, V. N., Silva, D. S., & Cabral, P. (2012). Social vulnerability assessment to seismic risk using multicriteria analysis: the case study of Vila Franca do Campo (São Miguel Island, Azores, Portugal). *Natural Hazards*.
- Mattos, E. de, & Chaves, A. M. (2010). Trabalho e escola: é possível conciliar? A perspectiva de

- juvêns aprendizes baianos. *Psicologia: Ciênciã E Profissãõ*, 30(3), 540–555.
<http://doi.org/10.1590/S1414-98932010000300008>
- Meneses, P. P. M., & Abbad, G. S. (2003). Preditores Individuais e Situacionais de Auto e Heteroavaliação de Impacto do Treinamento no Trabalho. *Revista de Administração Contemporânea - RAC, Edição Esp*, 185–204. <http://doi.org/10.1590/S1415-65552003000500010>
- Minayo-gomez, C. (2003). Modo de subjetivação na condição de aprendiz: embates atuais, 10(3), 931–953.
- Morais, N. A. de;, Koller, S. H., & Raffaelli, M. (2012). Rede de apoio, eventos estressores e mau ajustamento na vida de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. *Universitas Psychologica*, 11(3), 779–791. Retrieved from <http://revistas.javeriana.edu.co/index.php/revPsycho/article/view/779>
- Morais, N. A. de;, Raffaelli, M., & Koller, S. H. (2012). Adolescentes em situação de vulnerabilidade social e o continuum risco-proteção. *Avances En Psicología Latinoamericana*, 30(1), 118–136.
- Moser, C. O. N. (1998). The asset vulnerability framework: reassessing urban poverty reduction strategies. *World Development*, 26(1), 1–19.
- MTE. (2007). *Portaria n° 615/2007*. Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego: Disponível em <http://www.mte.org.br>
- Nagai, R., Lefèvre, A. M. C., Lefèvre, F., Steluti, J., Teixeira, L. R., Zinn, L. C. S., ... Fischer, F. M. (2007). Conhecimentos e práticas de adolescentes na prevenção de acidentes de trabalho: Estudo qualitativo. *Revista de Saude Publica*, 41(3), 404–411.
<http://doi.org/10.1590/S0034-89102007000300012>
- Nakamura, E., Egry, E. Y., Campos, C. M. S., Nichiata, L. Y. I., Chiesa, A. M., & Takahashi, R.

- F. (2009). The potential of an instrument to identify social vulnerabilities and health needs: collective health knowledge and practices. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 17(2), 253–258.
- Noriega, G. R., & Ludwig, L. G. (2012). Social vulnerability assessment for mitigation of local earthquake risk in Los Angeles County. *Natural Hazards*, 64, 1341–1355.
- OIT. (2009). *Trabalho decente e juventude*. Retrieved from http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/youth_employment/pub/trabalho_decente_juventude_brasil_252.pdf
- Oliveira, F. S. de N. (2009). *Avaliação de efetividade de um curso de desenvolvimento de competências gerenciais*. Universidade de Brasília, DF, Brasil. Retrieved from <http://repositorio.unb.br/handle/10482/8434>
- Palma, A., & Mattos, U. A. de O. (2001). Contribuições da ciência pós-normal à saúde pública e a questão da vulnerabilidade social. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 8(3), 567–590.
- Pascal, J., Abbey-Huguenin, H., Leux, C., Lombrail, P., & Lert, F. (2009). Social vulnerability and unmet preventive care needs in outpatients of two French public hospitals. *The European Journal of Public Health*, 19(4), 403–411.
- Pavarini, S. C. I., Barha, E. J., Mendiondo, M. S. Z. de;, Filizola, C. L. A., Petrilli Filho, J. F., & Santos, A. A. dos; (2009). Family and social vulnerability: a study with octogenarians. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 17(3), 374–379.
- Pedroso, M. D. L. R., & Motta, M. D. G. C. D. (2010). A compreensão das vulnerabilidades sócio-econômicas no cenário da assistência de enfermagem pediátrica. *Revista Gaúcha de Enfermagem (Online)*, 31(2), 218–224.
- Pereira, S. C. M. (2009). *Avaliação, com base em modelo lógico, de efeitos de um treinamento*

- estratégico no desempenho de egressos e da organização. Dissertação.* Universidade de Brasília, DF, Brasil. Retrieved from <http://repositorio.unb.br/handle/10482/4688>
- Pérez-Villegas, R., Agurto-Vásquez, K., Contreras-Escobar, K., Medina-Jara, L., Muñoz-Henríquez, C., Parra-Villarroel, J., & Sáez-Carrillo, K. (2012). Início da vida sexual na adolescência e relações de gênero: um estudo transversal em São Paulo, Brasil, 2002. *Revista Colombiana de Obstetricia Y Ginecología*, 63(4), 327–333. <http://doi.org/10.1590/S0102-311X2005000200016>
- Pham, N. T. P., Segers, M. S. R., & Gijsselaers, W. H. (2013). Effects of work environment on transfer of training: Empirical evidence from Master of Business Administration programs in Vietnam. *International Journal of Training and Development*, 17(1), 1–19. <http://doi.org/10.1111/j.1468-2419.2012.00417.x>
- Pinsker, D. M., Stone, V., Pachana, N., & Greenspan, S. (2006). Social vulnerability scale for older adults: validation study*. *Clinical Psychologist*, 10(3), 109–119. <http://doi.org/10.1080/13284200600939918>
- Prati, L. E., Couto, M. C. P. D. P., & Koller, S. H. (2009). Famílias em vulnerabilidade social: rastreamento de termos utilizados por terapeutas de família. *Psicologia: Teoria E Pesquisa*, 25(3), 403–408.
- Raupp, L., & Milnitsky-Sapiro, C. (2005). Reflexões sobre concepções e práticas contemporâneas das políticas públicas para adolescentes : o caso da drogadição. *Saude E Sociedade*, 14(2), 60–68. <http://doi.org/10.1590/S0104-12902005000200007>
- Rodrigues, N. O., & Neri, A. L. (2012). Vulnerabilidade social, individual e programática em idosos da comunidade: dados do estudo FIBRA, Campinas, SP, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(8), 2129–2139.

- Rowold, J. (2007). Individual influences on knowledge acquisition in a call center training context in Germany. *International Journal of Training and Development*, 11(1), 21–34.
- Sales, M. S. (2014). O processo de constituição da identidade na adolescência: trabalho, classe e gênero. *Psicologia & Sociedade*, 26(spe), 161–171. <http://doi.org/10.1590/S0102-71822014000500017>
- Sant’Anna, A., Aerts, D., & Lopes, M. J. (2005). Homicídios entre adolescentes no Sul do Brasil: situações de vulnerabilidade segundo seus familiares. *Cadernos de Saúde Pública*, 21(1), 120–129.
- Santos, A. B. dos S. (2012). *Avaliação de impacto de um treinamento introdutório sobre o desempenho de egressos*. Universidade de Brasília, DF, Brasil.
- Sartori, E., Henrique, C., & Garcia, M. (2012). Políticas compensatórias versus emancipatórias : desafios para implementação de programas de geração de renda às famílias em situação de risco, 46(2), 425–452.
- Silva, M. E. Da. (2006). Relações entre impacto do treinamento no trabalho e estratégia empresarial: o caso da Eletronorte. *Revista de Administração Contemporânea*, 10(3), 91–110. <http://doi.org/10.1590/S1415-65552006000300006>
- Silva, M. de N. R. M. de O., Santos, V. dos, Santos, J. E. dos, Oliveira, F. M. de, Nogueira, D. J., & Gallassi, A. D. (2014). Desenvolvendo e articulando a rede intersetorial para cuidado integral de usuários de drogas em contextos de vulnerabilidade. *Cadernos de Terapia Ocupacional Da UFSCar*, 22(Especial), 145–152.
- Soares, C. B., Ávila, L. K. de, & Salvetti, M. de G. (1998). Vulnerabilidade de adolescentes no Silos-Butantã. *Saúde E Sociedade*, 7, 63–82.
- Solangaarachchi, D., Griffin, A. L., & Doherty, M. D. (2012). Social vulnerability in the context

- of bushfire risk at the urban-bush interface in Sydney: a case study of the Blue Mountains and Ku-ring-gai local council areas. *Natural Hazards*, 64(2), 1873–1898.
- Sousa, H. de, Frozzi, D., & Bardagi, M. P. (2013). Percepção de adolescentes aprendizes sobre a experiência do primeiro emprego. *Psicologia: Ciência E Profissão*, 33(4), 918–933.
<http://doi.org/10.1590/S1414-98932013000400011>
- Souza, D. P. O. de, & Silveira Filho, D. X. da. (2007). Uso recente de álcool, tabaco e outras drogas entre estudantes adolescentes trabalhadores e não trabalhadores. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 10(2), 276–287. <http://doi.org/10.1590/S1415-790X2007000200015>
- Tate, E. (2012). Social vulnerability indices: a comparative assessment using uncertainty and sensitivity analysis. *Natural Hazards*, 63(2), 325–347.
- Torres, C. A., Paula, P. H. A. de, Ferreira, A. G. N., & Pinheiro, P. N. da C. (2010). Adolescência e trabalho: significados, dificuldades e repercussões na saúde. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 14(35), 839–850. <http://doi.org/10.1590/S1414-32832010000400010>
- Vargas, E. C., & Alanís, J. C. (2012). Vulnerabilidad social y comportamiento electoral. Un análisis por secciones electorales. *Papeles de Población*.
- Waiselfisz, J. J. (2014). Os jovens do Brasil: Mapa da Violência 2014.
- Yoon, D. K. (2012). Assessment of social vulnerability to natural disasters: a comparative study. *Natural Hazards*, 63(2), 823–843.
- Yotamo, C. J. (2014). *Avaliação de impacto de treinamento no desempenho de servidores públicos de Sofala em Moçambique*. Universidade de Brasília, DF, Brasil. Retrieved from <http://repositorio.unb.br/handle/10482/15598>
- Zebardast, E. (2013). Constructing a social vulnerability index to earthquake hazards using a

hybrid factor analysis and analytic network process (F'ANP) model. *Natural Hazards*, 65(3), 1331–1359.

Zerbini, T., & Abbad, G. S. (2010). Transferência de Treinamento e Impacto do Treinamento no Trabalho: Análise Crítica da Literatura. *Revista Psicologia: Organizações E Trabalho*, 10(2), 97–111.

Zerbini, T., Coelho Junior, F. A., Abbad, G. S., Mourão, L., Alvim, S., & Loiola, E. (2012). Transferência de treinamento e impacto do treinamento no trabalho em profundidade. In R. V.-B. (Orgs. . Abbad, L. Mourão, P. P. M. Meneses, T. Zerbini, J. E. Borges-Andrade (Ed.), *Medidas De Avaliação Em Treinamento* (pp. 127–144). Porto Alegre: Artmed.

Zhang, N., & Huang, H. (2013). Social vulnerability for public safety: a case study of Beijing, China. *Chinese Science Bulletin*, 58(19), 2387–2394.

Anexos

Anexo 1 - Termo de Assentimento do jovem (instrumento de autoavaliação)

Você está sendo convidado a participar da pesquisa **“Impacto de um treinamento profissionalizante sobre o desempenho de jovens aprendizes”**, de responsabilidade de Ludymila Pimenta Ferreira, aluno(a) de mestrado da Universidade de Brasília. O objetivo desta pesquisa é avaliar o Impacto de um Treinamento no desempenho de Jovens Aprendizes em um cenário de vulnerabilidade social. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de participar desta pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo das informações que possam identifica-lo(a). Os dados fornecidos pela sua participação na pesquisa, tais como questionários e entrevistas, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de entrevista e aplicação de instrumento que avalia as competências adquiridas durante o módulo básico do treinamento de Jovens Aprendizes. É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco.

Espera-se com esta pesquisa avaliar o desempenho do jovem aprendiz no decorrer do programa e que possamos oferecer intervenções e melhoramentos do programa para organizações que recebem Jovens Aprendizes.

Sua participação é voluntária. Você é livre para recusar-se a participar ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone 61 8218-9111 ou pelo e-mail ludymilapimenta@gmail.com

A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de um relatório que será oferecido à RENAPSI com os resultados gerais encontrados na pesquisa e sugestões de melhoramento do programa, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília - CEP/IH. As informações com relação à assinatura do TCLE ou os direitos do sujeito da pesquisa podem ser obtidas através do e-mail do CEP/IH cep_ih@unb.br.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Assinatura do (a) participante

Assinatura do (a) pesquisador (a)

Brasília, ____ de _____ de _____

Anexo 2 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido do responsável pelo jovem (instrumento de autoavaliação)

Seu filho(a) está sendo convidado a participar da pesquisa **“Impacto de um treinamento profissionalizante sobre o desempenho de jovens aprendizes”**, de responsabilidade de Ludymila Pimenta Ferreira, aluna de mestrado da Universidade de Brasília, sob orientação de Gardênia da Silva Abbad. O objetivo desta pesquisa é avaliar o Impacto de um Treinamento no desempenho de Jovens Aprendizes em um cenário de vulnerabilidade social. A participação do seu filho(a) se deve a que ele/ela é um jovem aprendiz no Distrito Federal, população selecionada para esta pesquisa.

Seu filho(a) receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhes asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo das informações que possam identifica-lo(a). Os dados fornecidos pela sua participação na pesquisa, tais como questionários e entrevistas, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

A participação do seu filho(a) consistirá em responder um instrumento que avaliará as competências adquiridas durante o módulo básico do treinamento de Jovens Aprendizes. A aplicação dos instrumentos será de forma coletiva e em nenhum momento seu filho será retirado/a da sala de aula. Seu filho receberá o instrumento impresso e terá um tempo de trinta minutos para responder as questões. Depois de terminar de responder o instrumento, pediremos para seu filho(a) entregar a folha que será codificada e enviada para as análises estatísticas planejadas pela pesquisadora responsável.

Espera-se com esta pesquisa avaliar o desempenho do jovem aprendiz no decorrer do programa e que possamos oferecer intervenções e melhoramentos do programa para outras organizações que recebem Jovens Aprendizes.

A participação do seu filho(a) é voluntária e não receberá nenhum tipo de remuneração ou recompensa pela participação na pesquisa. Ele é livre para recusar-se a participar ou interromper sua participação a qualquer momento sem necessidade de qualquer explicação prévia. Seu filho(a) não será penalizado em nenhuma maneira caso decida não participar, ou desista da mesma. Contudo ele/ela é muito importante para a execução da pesquisa.

A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, o senhor(a) poderá solicitar ao pesquisador informações sobre a participação do seu filho(a) e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através do telefone 61 8218-9111 ou pelo e-mail ludymilapimenta@gmail.com

A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de um relatório que será oferecido à RENAPSI com os resultados gerais encontrados na pesquisa e sugestões de melhoramento do programa, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília - CEP/IH. As informações com relação à assinatura do TCLE ou os direitos do sujeito da pesquisa podem ser obtidas através do e-mail do CEP/IH cep_ih@unb.br.

Caso concorde em participar, uma via deste termo ficará em seu poder e a outra será entregue ao pesquisado.

Ludymila Pimenta Ferreira
(responsável pela pesquisa)

Declaro que entendi os objetivos e condições da participação do meu filho(a) na pesquisa e concordo com a participação.

Nome completo do (a) responsável:

RG ou CPF:

Parentesco ou justificativa p/ guarda

Assinatura:

Brasília, ____ de _____ de _____

Anexo 3 - Escala de Autoavaliação de Impacto do Treinamento no Trabalho

Data da realização: _____

Prezado Jovem,

Neste questionário você deve perguntar a si próprio: “quais são os comportamentos que fazem parte da minha rotina diária?”

A seguir, há uma lista de 18 afirmações que descrevem comportamentos. Pedimos sua colaboração para avaliar como cada comportamento faz parte de sua rotina diária atualmente, marcando com um X o número que melhor indique a sua opinião. Use a escala de avaliação abaixo:

5 Sempre	4 Frequentemente	3 Às vezes	2 Raramente
-------------	---------------------	---------------	----------------

	Item	Frequência			
		5	4	3	2
1	Eu consigo conviver com colegas que possuem religião, cultura, raça, cor ou opção sexual diferente da minha de forma positiva.				
2	Eu consigo liderar os grupos que pertencço e sou reconhecido por isso.				
3	Eu respeito os limites e capacidades de outras pessoas.				
4	Demonstro interesse em ajudar as pessoas quando pedem.				
5	Eu consigo fazer com que minhas ideias sejam escudades em um grupo que faço parte.				
6	Eu busco perguntar, quando não entendo uma atividade, para ter certeza se aprendi.				
7	Quando converso com alguém, eu olho nos olhos da pessoa.				
8	Ofereço ajuda a colegas que estão com dificuldades em alguma atividade.				
9	Sou responsável com minhas tarefas.				
10	Busco me aproximar daquela pessoa que vejo excluída e integro-a no meu grupo.				
11	Explico as tarefas a outros colegas quando é necessário.				
12	Me interesso em realizar com sucesso alguma coisa de grande importância.				
13	Acredito que quando traçamos objetivos e elaboramos um planejamento, isso pode ter consequências positivas para minha carreira.				
14	Eu me preocupo com o futuro do meio ambiente conversando com meus colegas sobre isso.				
15	Eu costume avaliar como estará minha situação profissional ao final do programa.				
16	Eu procure seguir os horários que são estabelecidos.				
17	Eu me preocupo em saber se o que falei para alguém ficou claro.				
18	Eu tenho a rotina de agenda meus compromissos diariamente.				

Idade: _____

Sexo: _____

Escolaridade: _____

Coordenador: _____

Local de trabalho: _____

Anexo 4 – Parecer favorável – comitê de ética

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS / UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA / CAMPUS	
PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	
DADOS DO PROJETO DE PESQUISA	
Título da Pesquisa: IMPACTO DE UM TREINAMENTO PROFISSIONALIZANTE SOBRE O DESEMPENHO DE JOVENS APRENDIZES	
Pesquisador: Ludymila Pimenta Ferreira	
Área Temática:	
Versão: 1	
CAAE: 46213315/6.0000.5540	
Instituição Proponente: Instituto de Psicologia -UNB	
Patrocinador Principal: Financiamento Próprio	
DADOS DO PARECER	
Número do Parecer: 1.141.732	
Data da Relatoria: 28/08/2015	
Apresentação do Projeto:	
A inserção ao mercado de trabalho é vista de forma positiva pelas jovens, justamente pelas possibilidades de transformação de sua realidade social. O Programa Jovem Aprendiz oferece oportunidade para capacitar jovens com o objetivo de inseri-los no mercado de trabalho. No entanto, existem lacunas que diz respeito a estudos que visam explorar o impacto do treinamento no desempenho de aprendizes em seu trabalho e em sua relação com os ambientes escolar e familiar em um cenário de vulnerabilidade social. É nesse contexto que esse projeto se insere. Pretende avaliar o impacto do treinamento oferecido no Programa Jovem Aprendiz para as atividades a serem desenvolvidas no trabalho a ser executado.	
Objetivo da Pesquisa:	
Objetivos gerais:	
Avaliar o impacto de um Treinamento profissionalizante no desempenho de jovens aprendizes em um contexto de vulnerabilidade social no qual estão inseridos.	
Avaliação dos Riscos e Benefícios:	
Riscos:	
De acordo com a pesquisadora, "a participação no projeto não envolve riscos significativos ou	
Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - RDC - ALA NORTE - MEDANHO - SALA 811 - 608 PÁRQUELO Bairro: ASA NORTE CEP: 70.210-600 UF: DF Município: BRASÍLIA Telefone: (61)3307-3760 E-mail: ied@unb.br	

Anexo 4 – Parecer favorável – comitê de ética (continuação)

INSTITUTO DE CIÊNCIAS
HUMANAS / UNIVERSIDADE
DE BRASÍLIA / CAMPUS



Continuação do Parecer L.161.172

dados imediatos ou posteriores para os participantes.* Alguns cuidados são indicados para o processo de coleta de dados: a coleta de dados será efetuada pela pesquisadora para evitar que o supervisor cause constrangimentos aos entrevistados.

Benefícios:

Os resultados da pesquisa serão disponibilizados como forma de subsidiar melhorias para as práticas vigentes: gestão, educação e capacitação do jovem aprendiz. Espera-se que o treinamento seja aprimorado ajustando-se aos perfis dos estudantes e aos seus contextos sociais, aumentando a contribuição do curso para a formação e escolarização dos participantes.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Método:

Trata-se de estudo descritivo e correlacional, com abordagem qualitativa e quantitativa, utilizando fontes primárias e secundárias de coleta de dados. Para o teste de hipóteses (indicadas na p. 8 do projeto de pesquisa), serão delineados múltiplos métodos de modo a triangular o fenômeno, que estarão descritos na subseção etapas do método.

Participantes:

Os Aprendizes são jovens entre 14 e 24 anos contemplados pela Lei de Aprendizagem (Lei nº 10.097/2000 e regulamentada pelo Decreto nº 5.586/2005), que tem por objetivo criar oportunidades de aprendizagem profissional ao jovem que precisa de emprego. Participarão do programa uma amostra de jovens aprendizes de classe C2 e DE, de 14 a 24 anos integrados ao Programa.

Coleta de dados:

Será realizada por meio de entrevistas individuais e do instrumento de impacto do treinamento (autoavaliação e heteroavaliação). Em seguida, será verificada a existência de casos extremos univariados e multivariados, sendo estes últimos detectados por intermédio do cálculo da distância Mahalanobis. Foram anexados três instrumentos para coleta de dados: 1) Roteiro para entrevistas individuais; 2) Escala de Autoavaliação de Impacto do Treinamento no Trabalho - Medida em Profundidade da Etapa I do treinamento do Programa de Aprendizagem, e 3) Escala de Autoavaliação de Impacto do

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - IOC - ALA NORTE - MEZANINO - SALA B1 - 606 (PIMHOCÃO)
Bairro: ASA NORTE CEP: 70.910-600
UF: DF Município: BRASÍLIA
Telefone: (61)3067-3760 E-mail: ied@unb.br

Anexo 4 – Parecer favorável – comitê de ética (continuação)

INSTITUTO DE CIÊNCIAS
HUMANAS / UNIVERSIDADE
DE BRASÍLIA / CAMPUS



Continuação do Parecer 1.161.730

Treinamento no Trabalho - Medida em Profundidade da Etapa I do treinamento do Programa de Aprendizagem.

Análise estatística:

Serão realizadas análises descritivas (média, desvio-padrão, mínimo e máximo), testes t de diferença entre médias e correlações bivariadas. Em seguida, será verificada a existência de casos extremos univariados e multivariados, sendo estes últimos detectados por intermédio do cálculo da distância Mahalanobis.

Cronograma:

O início do projeto está previsto para o mês de julho/2015 com término em novembro de /2015.

Planilha de orçamento:

Consta do projeto e os custos serão responsabilidade do pesquisador.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Termos de apresentação obrigatória

1. Folha de Rosto: devidamente assinada e preenchida pelo diretor do Instituto de Psicologia.

2. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido: são apresentados 3 documentos: 1) TCLE para realização de entrevistas com os jovens; 2) TCLE para coleta de dados sobre autoavaliação do jovem; 3) TCLE direcionado a pais ou responsáveis.

* Os formulários estão bem redigidos e atendem aos requisitos indicados Resolução 456/2012.

3) Termo de Assente Institucional: Assinado por Alina Dória Ferreira, Diretora Administrativa da RENAPSI (Rede Nacional de Aprendizagem Social e Educação).

* Esse documento faz referência à Resolução 126/96, que foi revogada.

Recomendações:

1) Os dois Termos de Consentimento Livre e Esclarecido dirigidos aos jovens, devem ter seu nome trocado para Termo de Assentimento (em acordo com a Resolução 456/2012).

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - ICC - ALA NORTE - MEDANINÔ - SALA 811 - 606 JARDIMOCAD
Bairro: ASA NORTE CEP: 70.910-600
UF: DF Município: BRASÍLIA
Telefone: (61)3267-3760 E-mail: ied@unb.br

Anexo 4 – Parecer favorável – comitê de ética (continuação)

INSTITUTO DE CIÊNCIAS
HUMANAS / UNIVERSIDADE
DE BRASÍLIA / CAMPUS



Continuação do Parecer 1.161.120

2) O Termo de Assente institucional precisa ser substituído: no último parágrafo é feita referência à Resolução 195/95. Essa parte do texto deve ser substituída pela Resolução 466/2012.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

- 1) Os dois Termos de Consentimento Livre e Esclarecido dirigidos aos jovens, devem ter seu nome trocado para Termo de Assentimento (em acordo com a Resolução 466/2012).
- 2) O Termo de Assente institucional precisa ser substituído: no último parágrafo é feita referência à Resolução 195/95. Essa parte do texto deve ser substituída pela Resolução 466/2012.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

BRASÍLIA, 07 de Julho de 2015

Assinado por:
Livia Barbosa
(Coordenador)

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - ICC - ALA NORTE - MEZANINO - SALA B1 - 606 (BRINHOCAO)
Bairro: ASA NORTE CEP: 70.910-000
UF: DF Município: BRASÍLIA
Telefone: (61) 3307-3790 E-mail: ied@unb.br